

Veículo: Bocão News	
Data: 09/03/21	



ECONOMIA E MERCADO

Governo do Estado repassa mais R\$ 3 milhões a filantrópicas baianas



09 de Março de 2021 às 06:45

Por: Eloi Correa / Gov Por: Redação BNews

O Governo do Estado realiza um novo repasse de R\$ 3 milhões, a ser pago a partir desta semana, para 533 entidades filantrópicas baianas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. O recurso, proveniente da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, é referente ao terceiro quadrimestre de 2020, encerrado em dezembro, e divide-se em R\$ 1,5 milhão para as entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

Este é o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia, totalizando R\$ 9 milhões ao longo da crise sanitária e econômica, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Desde o início da Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades já somam R\$ 37,8 milhões.

“As filantrópicas desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana, e os novos recursos deverão reforçar o caixa destas entidades no momento em que a situação volta a se agravar em todo o país”, afirma Vitório.

O repasse contempla inicialmente 475 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos quando do registro dos procedimentos para efetuar o pagamento da premiação. As outras 58 instituições poderão regularizar as pendências em um prazo de 45 dias a partir de 1º de março, data em que foi publicada a autorização do pagamento da 9ª etapa da campanha Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Como apoiar as instituições

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no site da campanha deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 37,8 milhões. Deste total, são R\$ 27 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as três do ano de 2020, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas.

O coordenador do programa na Sefaz, André Luiz Aguiar, ressalta que os responsáveis pelas instituições deverão atualizar constantemente as informações cadastrais e também as bancárias, evitando, desta forma, o não pagamento imediato do valor contemplado por inconsistência de dados.

Veículo: Política Livre	
Data: 09/03/2021	Caderno: Economia



08 de março de 2021 | 15:03

Governo do Estado repassa mais R\$ 3 milhões a filantrópicas

BAHIA

O Governo do Estado anunciou nesta sexta-feira (5) a realização de um novo repasse de R\$ 3 milhões, a ser pago a partir desta semana, para 533 entidades filantrópicas baianas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. O recurso, proveniente da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), é referente ao terceiro quadrimestre de 2020, encerrado em dezembro, e divide-se em R\$ 1,5 milhão para as entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

Este é o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia, totalizando R\$ 9 milhões ao longo da crise sanitária e econômica, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Desde o início da Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades já somam R\$ 37,8 milhões.

“As filantrópicas desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana, e os novos recursos deverão reforçar o caixa destas entidades no momento em que a situação volta a se agravar em todo o país”, afirma Vitório.

O repasse contempla inicialmente 475 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos quando do registro dos procedimentos para efetuar o pagamento da premiação. As outras 58 instituições poderão regularizar as pendências em um prazo de 45 dias a partir de 1º de março, data em que foi publicada a autorização do pagamento da 9ª etapa da campanha Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 08/03/21	



GOVERNO DO ESTADO REPASSA MAIS R\$ 3 MI A FILANTRÓPICAS



admin 8 Março, 2021

O Governo do Estado anunciou nesta sexta-feira (5) a realização de um novo repasse de R\$ 3 milhões, a ser pago a partir desta semana, para 533 entidades filantrópicas baianas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. O recurso, proveniente da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela **Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, é referente ao terceiro quadrimestre de 2020, encerrado em dezembro, e divide-se em R\$ 1,5 milhão para as entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

Este é o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia, totalizando R\$ 9 milhões ao longo da crise sanitária e econômica, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Desde o início da Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades já somam R\$ 37,8 milhões.

“As filantrópicas desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana, e os novos recursos deverão reforçar o caixa

destas entidades no momento em que a situação volta a se agravar em todo o país”, afirma Vitório.

O repasse contempla inicialmente 475 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos quando do registro dos procedimentos para efetuar o pagamento da premiação. As outras 58 instituições poderão regularizar as pendências em um prazo de 45 dias a partir de 1º de março, data em que foi publicada a autorização do pagamento da 9ª etapa da campanha Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Como apoiar as instituições

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 37,8 milhões. Deste total, são R\$ 27 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as três do ano de 2020, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas.

O coordenador do programa na Sefaz, André Luiz Aguiar ressalta que os responsáveis pelas instituições deverão atualizar constantemente as informações cadastrais e também as bancárias, evitando, desta forma, o não pagamento imediato do valor contemplado por inconsistência de dados.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/03/2021	



Governo do Estado repassa mais R\$ 3 milhões a filantrópicas

8 março 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

O Governo do Estado realiza um novo repasse de R\$ 3 milhões, a ser pago a partir desta semana, para 533 entidades filantrópicas baianas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. O recurso, proveniente da campanha Nota Premiada Bahia, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), é referente ao terceiro quadrimestre de 2020, encerrado em dezembro, e divide-se em R\$ 1,5 milhão para as entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

Este é o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia, totalizando R\$ 9 milhões ao longo da crise sanitária e econômica, lembra o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Desde o início da Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades já somam R\$ 37,8 milhões.

“As filantrópicas desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana, e os novos recursos deverão reforçar o caixa destas entidades no momento em que a situação volta a se agravar em todo o país”, afirma Vitório.

O repasse contempla inicialmente 475 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos quando do registro dos procedimentos para efetuar o pagamento da premiação. As outras 58 instituições poderão regularizar as pendências em um prazo de 45 dias a partir de 1º de março, data em que foi publicada a autorização do pagamento da 9ª etapa da campanha Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Como apoiar as instituições

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [site da campanha](#) deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 37,8 milhões. Deste total, são R\$ 27 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as três do ano

de 2020, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas.

O coordenador do programa na Sefaz, André Luiz Aguiar, ressalta que os responsáveis pelas instituições deverão atualizar constantemente as informações cadastrais e também as bancárias, evitando, desta forma, o não pagamento imediato do valor contemplado por inconsistência de dados.

Fonte: Ascom /Sefaz-Ba

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 09/03/2021	Página: 02

Tribuna

Vale- alimentação

O governador Rui Costa (PT) anunciou ontem que o estado voltará a fazer o pagamento do vale-alimentação estudantil de R\$ 55, oferecido como forma de compensar o não recebimento da merenda escolar. O benefício é para os estudantes da rede estadual de ensino. Esse pagamento começou a ser feito no período de suspensão das aulas, por causa da pandemia da Covid-19. Apesar do anúncio, ainda não há data para o retorno do pagamento. Uma reunião será feita para estabelecer quando os pagamentos começam a ser feitos. "Nós vamos voltar, este mês, com o auxílio-alimentação que nós damos aos 800 mil alunos da rede estadual", disse ele.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 08/03/2021	Página: --



Rui anuncia pagamento de quinta parcela do Vale-alimentação Estudantil

O saque da quinta parcela do benefício será realizado com o mesmo cartão que já vem sendo utilizados pelos estudantes.

Tribuna da Bahia, Salvador

08/03/2021 17:11 | Atualizado há 17 horas e 29 minutos



Foto: Divulgação / GOV BA

O Vale-alimentação Estudantil do Governo do Estado vai retornar neste mês março. O anúncio foi feito na manhã desta segunda-feira (dia 8), pelo governador Rui Costa em suas redes sociais. “Dia 15 de março vamos iniciar o ensino remoto em toda a rede estadual. Estamos programando o auxílio-alimentação de R\$ 55 para cada aluno da rede”, afirmou o governador. O saque da quinta parcela do benefício será realizado com o mesmo cartão que já vem sendo utilizados pelos estudantes.

Cerca 800 mil estudantes que estavam regularmente matriculados e com frequência registrada nas escolas estaduais vão receber o vale -alimentação. Nesta quinta parcela serão destinados mais R\$ 44 milhões, totalizando um investimento de R\$ 220 milhões de recursos próprios do Governo do Estado.

Veículo: Política Livre	
Data: 09/03/2021	Caderno: Economia



08 de março de 2021 | 15:03

Rui anuncia retomada do pagamento do vale-alimentação para alunos da rede pública de ensino

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) anunciou, em entrevista à TV Bahia na manhã desta segunda-feira (8), a retomada do vale-alimentação estudantil de R\$ 55, oferecido pelo Governo do Estado, como forma de compensar o não recebimento da merenda escolar no período de suspensão das aulas.

A previsão, de acordo com o chefe do Executivo baiano, é de que o crédito já esteja depositado nos cartões no dia 15 deste mês, quando as aulas em toda rede pública de ensino serão retomadas, porém de forma remota.

O cartão vale-estudantil é destinado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios. Todos os estudantes regularmente matriculados na rede estadual de ensino têm direito ao benefício.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/03/2021	



Governo anuncia pagamento de quinta parcela do Vale-alimentação Estudantil

8 março 2021



Foto: Claudionor Jr/Secretaria da Educação

O Vale-alimentação Estudantil do Governo do Estado vai retornar neste mês de março. O anúncio foi feito na manhã desta segunda-feira (8), pelo governador Rui Costa, em suas redes sociais. “Dia 15 de março, vamos iniciar o ensino remoto em toda a rede estadual. Estamos programando o auxílio-alimentação de R\$ 55 para cada aluno da rede”, afirmou o governador. O saque da quinta parcela do benefício será realizado com o mesmo cartão que já vem sendo utilizado pelos estudantes.

Cerca 800 mil estudantes que estavam regularmente matriculados e com frequência registrada nas escolas estaduais vão receber o vale-alimentação. Nesta quinta parcela serão destinados mais R\$ 44 milhões, totalizando um investimento de R\$ 220 milhões de recursos próprios do Governo do Estado.

COVID-19 Trabalhadores da saúde cadastrados na SMS também serão imunizados; dia ontem foi marcado por filas

Público com 78 anos segue sendo vacinado

BRUNO BRITO*

Os idosos com idade igual ou superior a 78 anos seguirão sendo vacinados hoje em Salvador, bem como os trabalhadores da saúde com os nomes cadastrados no site da Secretaria Municipal da Saúde. Na manhã de ontem, entre os 12 drive-thrus e 16 pontos fixos disponíveis para primeira e segunda doses do imunizante, o 5º Centro de Saúde Clementino Fraga, nos Barris, registrou um intenso movimento de pessoas que buscavam a vacinação, com longas filas de pedestres e veículos.

Logo pela manhã, nas imediações do 5º Centro, a fila de automóveis marcava presença ao longo da avenida Centenário, da mesma forma que a fila de pedestres reunia muitos idosos, que se abrigaram sentados sob os toldos colocados no local, enquanto aguardavam pela primeira dose, bem como pela segunda. Durante todo o dia, 9.535 pessoas foram imunizadas ontem, alcançando 164.909 pessoas vacinadas contra a Covid-19.

No local, entre as pessoas que receberam o imunizante ontem estava Maria Raimunda Baldini, 80, que garantiu sua segunda dose. Utilizando máscara bordada a mão com palavras, como esperança e felicidade, a soteropolitana, que ainda carregava uma plaquinha nas mãos, ressaltando a importância da vacinação, escreveu "esperança, sim, + vacina", esperou cerca de três horas na fila do drive-thru, para alcançar a tão sonhada imunização.

"O processo de espera foi realmente demorado, mas aguardei tranquilamente, pois sabia que valeria a pena. Nestes momentos, eu gosto de ser autêntica, de brindar e festejar os momentos importantes da vida.

da. Foi um mix de felicidade, esperança, tudo junto, uma mistura de sentimentos bons", contou. Para ela, receber a segunda dose no Dia Internacional das Mulheres foi muito significativo. "Foi um presente. Eu tenho 80 anos, sou mãe, sou avó e ainda vou viver muito para curtir a vida", destacou.

Quem também recebeu a vacina no 5º Centro foi Nailda Alves Pinho, 87, que foi acompanhada do filho, receber a segunda dose do imunizante. Cadeirante, ela não encontrou dificuldades para ser vacinada nas salas de vacinação do Clementino Fraga, conforme afirmou o filho, Sérgio Pinho.

"Não achei demorado, andou rápido, em cerca de dez, 15 minutos ela foi imunizada. Só acho que deveriam ter mais postos, nós moramos em Stella Maris, poderíamos ir ao Parque de Exposições, mas lá apenas carros são atendidos, então fomos no 5º Centro. Fiquei muito feliz em ver minha mãe receber essa segunda dose, no Dia Internacional da Mulher, foi muito gratificante", afirmou.

Já hoje, idosos com 78 anos ou mais, assim como os trabalhadores da saúde, podem optar entre os 12 drive-thrus e 16 pontos fixos disponíveis para oferta do imunizante, de 8h às 17h. No período da manhã, entre 8h e 12h, serão vacinados idosos nascidos entre janeiro e julho de 1942. À tarde, entre 12h e 17h, é a vez dos nascidos entre agosto de 1942 e 08 de março de 1943.

Vacina Express

No entanto, antes de se dirigir a um dos pontos de vacinação é necessário verificar se o idoso está habilitado a receber a dose. A lista está disponível no site www.saude.salvador.ba.gov.br. Caso não esteja será necessário



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

5º Centro Clementino Fraga, na Av. Centenário, registrou movimento intenso de veículos na manhã de ontem

Durante todo o dia de ontem, 9.535 pessoas foram imunizadas em Salvador

Com o número, cidade alcança a marca de 164.909 vacinados contra Covid-19

fazer o recadastramento pelo endereço recadastramento.saude.salvador.ba.gov.br.

Durante o processo de vacinação contra a Covid-19, a Vacina Express [serviço a domicílio da prefeitura] tem ajudado na imunização dos idosos, sobretudo, entre aqueles com dificuldade de locomoção. No entanto, o serviço tem sido alvo de reclamações, porque, segundo relatos feitos à reportagem, a não indicação de data e hora para a aplicação, após confirmação do cadastro na plataforma, tem gerado ansiedade entre os idosos.

De acordo com o coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Ariovaldo Borges Júnior, a aplicação das

vacinas nas residências respeita critérios como a idade, a locomoção do idoso e, se ele está acamado ou não. Ainda segundo Ariovaldo, a partir do momento do cadastro, existe um prazo de uma semana para a aplicação das doses.

"Abrimos uma quantidade de vagas no portal todos os dias, cerca de 150. Daí, tem uma equipe volante que recebe a programação, com prioridade de locais, como pessoas mais velhas e acamadas, essa é a ideia da Vacina Express, dar a preferência a esse público. É muito difícil confirmar data e horário por conta dessa logística. Sei que gera uma ansiedade, mas estamos conseguindo atender no menor prazo possível, já atende-

mos cerca de cinco mil pessoas, que é uma quantidade grande", afirmou.

Ariovaldo explicou ainda que, no entanto, em alguns casos, o atendimento pode acontecer no dia seguinte ao da realização do cadastro no endereço eletrônico vacinaexpress.saude.salvador.ba.gov.br.

"Não é um processo tão rápido, fazer 500 ou 600 [atendimentos] em um dia, é muita coisa, tem roteiros que você consegue fazer mais ou menos. É um serviço a mais, que é referência hoje. Mas a demanda é grande. Inclusive estamos contratando vacinadores para ampliar essas equipes".

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Governo vai criar centros de suporte respiratório

Para tentar diminuir a pressão por leitos de UTI para pacientes com Covid-19, o governo do estado vai criar centros de suporte respiratório com foco no trabalho de fisioterapeutas. A estratégia foi anunciada ontem pelo secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, que voltou ao trabalho na última semana e ainda realiza exercícios de fisioterapia depois de ser internado com a doença.

"Estivemos pensando em algumas estratégias fora da caixa, não apenas dentro do raciocínio cartesiano, de que, se adoeceu, vai para leito, para UTI. Tem algumas coisas que a gente pode fazer que acho que podem ajudar bastante", disse Vilas-Boas, em entrevista à TV Bahia.

O governo também tem relatado dificuldade em formar equipes de profissionais para assumir novos leitos. "Não vamos conseguir vencer a pandemia trabalhando apenas com médicos. O médico é o fim da linha, é o último estágio, que vai dar a diretriz. Mas, antes de chegar ao médico, nós temos como lançar mão de estratégias que impeçam a necessidade de essa pessoa ir para a UTI, e estou me referindo a um trabalho em cima de fisioterapeutas", afirmou o secretário.

Além de livrar muitos pacientes do internamento na UTI, o método tem ainda a vantagem de utilizar equi-

pamentos baratos e fáceis de usar, independentes de rede de oxigênio, de acordo com o secretário.

"Com isso, a gente quer fazer com que as pessoas possam ter o seu pulmão maximizado, em estruturas de baixa complexidade, sem ter que gastar o leito de UTI", disse. "Nós temos uma mão de obra muito grande de fisioterapeutas no estado da Bahia, eles são o grande diferencial para evitar que essa pessoa vá para o tubo. São os exercícios fisioterapêuticos respiratórios, com expansão, utilização de pressão positiva, que fazem com que nós recrutemos alvéolos que estão colapsados e possamos dar a essa pessoa a possibilidade de ficar numa enfermaria, sem necessidade de gastar, às vezes, um leito de UTI para fazer fisioterapia respiratória", explicou Vilas-Boas.

12 hospitais

Os centros serão implantados inicialmente em 12 hospitais do estado, informou Vilas-Boas, sem especificar quais serão as unidades. "Mas já estamos modelando para ter fisioterapia 24 horas nos [pronto-atendimentos] PA-Covid", completou. Procurado para detalhar o plano, o secretário disse que o programa ainda está "sendo desenhado". A secretaria afirmou, por meio de nota, que o projeto de suporte respiratório "ainda está em fase



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 8.3.2021

Método tem o objetivo de livrar pacientes com Covid-19 do internamento em UTI

Estratégia foi anunciada ontem pelo secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas

de estruturação" e será divulgado pela pasta "assim que estiver finalizado".

Ainda ao falar sobre as ações do governo no enfrentamento à pandemia, Vilas-Boas defendeu que o estado deve se concentrar sobretudo no que é "visível", pela dificuldade em fiscalizar se as pessoas seguem a

higienização das mãos. Logo, deve ser fortalecido, segundo o secretário, o combate às aglomerações.

"Outro foco é em cima do uso da máscara. É preciso que cada cidadão seja um fiscal da saúde pública, que exija o uso da máscara"

RODRIGO AGUIAR

Cidadão deve observar direitos antes de se vacinar

TÁCIO CALDAS*

Existe uma série de direitos que protege os cidadãos no momento em que muitos estão podendo se vacinar contra a Covid-19 – e precisam ser observados e garantidos. O direito à saúde é previsto pela Constituição Federal (CF) no artigo 196 e estabelece que deve ser desenvolvido mediante de uso das políticas públicas.

Isto vem à tona porque foi com o tempo e com o avanço das aplicações dos imunizantes no Brasil que se descobriram algumas fraudes, como os casos de simulações de aplicações.

Na Bahia não há registro ou denúncia. De acordo com o presidente da Comissão Especial de Direito Médico e da Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB), René Viana, a CF garante direitos à saúde para todos os brasileiros. "Existem direitos e deveres de ambos os lados. O ideal é que o profissional que vai executar o ato exiba a vacina, ainda que sem aproximação, e seringa com o conteúdo, e permita que o acompanhante acompanhe tudo. O paciente também tem o direito de questionar se há vacina de fato".

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

REDE ESTADUAL Benefício é uma das ações do governo do estado para minimizar os impactos da pandemia da Covid-19

Vale-alimentação volta a ser distribuído para estudantes

RAPHAEL SANTANA

O governador Rui Costa (PT) anunciou o retorno do vale-alimentação destinado aos estudantes matriculados na rede estadual de ensino na Bahia.

O benefício é uma das ações do governo do estado para minimizar os impactos da pandemia da Covid-19 e como forma de compensar o não recebimento da merenda escolar no período da suspensão das aulas.

A informação foi divulgada durante entrevista ao

programa Jornal da Manhã, na TV Bahia, ontem.

O auxílio para a compra de alimentos será no valor de R\$ 55. O petista informou que a data para liberação do benefício aos estudantes vai ser definido.

“É uma forma de garantir apoio às famílias e aos estudantes neste momento de retomada das atividades letivas na Bahia. Dia 15 de março vamos iniciar o ensino remoto em toda a rede estadual”, afirmou o governador Rui Costa nas redes sociais.

O saque da quinta parcela do benefício será realizado com o mesmo cartão que já vem sendo utilizado pelos estudantes.

Abrangência

Cerca de 800 mil alunos que estão regularmente matriculados e com frequência registrada nas escolas estaduais vão receber o vale-alimentação. Nesta quinta parcela serão destinados mais R\$ 44 milhões, totalizando um investimento de R\$ 220 milhões de recursos próprios do governo do estado.

Cada aluno receberá auxílio no valor de R\$ 55

Cerca de 800 mil estudantes vão receber o vale-alimentação do governo

Nesta quinta parcela serão destinados mais R\$ 44 milhões

COMEMORAÇÃO

Eventos virtuais marcam Dia Internacional da Mulher na capital

LUANA LISBOA*

Ao longo deste mês, eventos virtuais marcam o Dia Internacional da Mulher. Ontem, a Câmara Municipal de Vereadores (CMS) promoveu a Sessão Regimental da Mulher com transmissão pela TV Câmara e portal CMS. O vídeo está disponível nas redes sociais da CMS.

A solenidade contou com a presença da vice-prefeita,

Ana Paula Matos, das nove vereadoras da cidade, além de autoridades como as titulares das secretarias municipal e estadual de Políticas para Mulheres, Fernanda Lordelo e Julieta Palmeira.

Os assuntos discutidos foram resiliência feminina, a luta pela conquista dos direitos e violência contra a mulher. “As mulheres são 65% dos profissionais da linha de frente no mundo na

pandemia, e a Bahia não fogue desse dado. Além disso, são responsáveis pelos cuidados e afazeres domésticos. Pelo menos metade das mulheres passaram a cuidar de mais uma pessoa durante a pandemia. Algumas delas estão tendo que abandonar seus empregos porque não têm creche e escola aberta”, afirmou Julieta Palmeira.

Já a Apae vai realizar três eventos pelo projeto Mulher



Em 2020, alunos compravam na Cesta do Povo e no Assaí

COVID-19

Bahia registra 102 mortes e 1,4 mil casos em 24 horas

DA REDAÇÃO

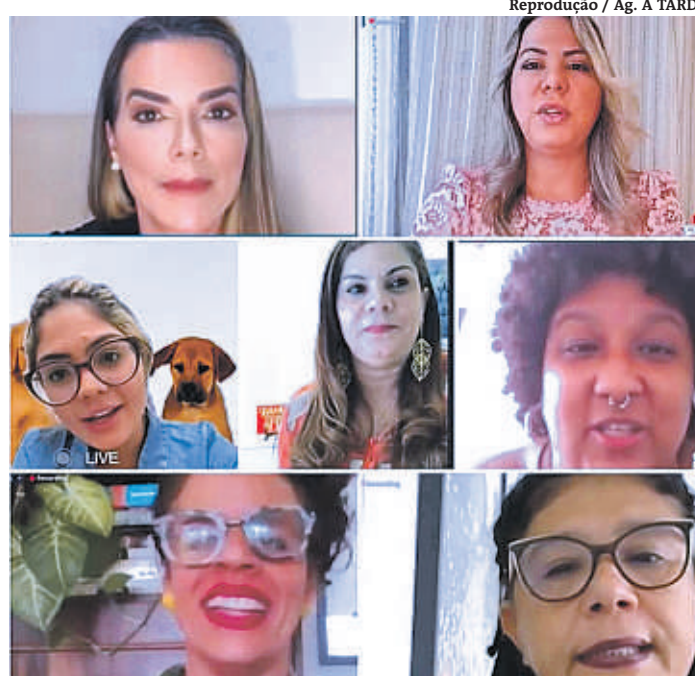
A Bahia registrou 102 mortes e 1.413 casos de Covid-19 em 24 horas. Segundo o boletim da Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab) publicado ontem, o estado tem 12.632 óbitos e 715.418 casos confirmados desde o início da pandemia.

De todos os casos, 683.429 já são considerados recuperados e 19.357 encontram-se ativos. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.054.697 casos descartados e 166.218 em investigação.

Dentre os óbitos, 56,17% ocorreram no sexo masculino e 43,83% no feminino. Em relação ao quesito raça e cor, 54,96% corresponderam a parda, seguidos por branca (20,79%), preta com 14,90%, amarela com 0,54%, indígena com 0,15% e não há informação em 8,67% dos óbitos. O percentual de casos com comorbidade foi de 69,93%, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (74,28%).

A Sesab informou que até o final da tarde de ontem, 377 solicitações de UTI adulto constavam no sistema da Central Estadual de Regulação.

Reprodução / Ag. A TARDE



Câmara de Vereadores promove sessão especial

em Foco nos dias 12, 15 e 25, com transmissão pelo YouTube. Empreendedorismo e maternidade e direitos das mulheres serão abordados nos encontros. “Queremos trabalhar para que as mães se percebam sujeitos de direitos”, destacou a gestora de assistência social da instituição, Márcia Rocha.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Antônio Oliveira dos Santos faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 64 anos, solteiro, natural de Itaberaba-BA

Antônio Carlos Pereira de Oliveira faleceu na UPA - Santo Antônio, 53 anos, casado, natural de Cruz das Almas-BA

Otávio Alves de Araújo faleceu no Hospital Família Sagrada, 85 anos, viúvo, natural de Ouricangas-BA

Antônio Cerqueira Fiúza faleceu no Hospital da Bahia, 69 anos, casado, natural de Salvador-BA

José de Oliveira Reis faleceu no Hospital Geral Ernesto Simões Filho, 88 anos, solteiro, natural de Valença-BA

Euler Oliveira França faleceu em residência, 42 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Paulo José Lopes dos Santos faleceu no Hospital Família Sagrada, 57 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Marilene de Oliveira Dias faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 58 anos, divorciada, natural de Conceição do Almeida-BA

Isabel Cristina Oliveira Sampaio faleceu no Hospital Naval de Salvador, 52 anos, viúva, natural de Alagoinhas-BA

Adil Fonseca da Conceição faleceu no Hospital da Bahia, 78 anos, casada, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Joaquim Gonçalves de

Oliveira faleceu em residência, 88 anos, natural de Barbacena-MG

Bianor Pestana da Gama faleceu no Hospital Córdio Pulmonar, 85 anos

Reginaldo de Oliveira Ramos faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 36 anos, natural de Salvador-BA

Maria Eunisse dos Prazeres faleceu no Hospital Espanhol, 86 anos, natural de Madre de Deus-BA

Antonieta Santana de Abreu faleceu no Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, 79 anos, natural de Jacuípe-BA

Eglantina Santana de Abreu faleceu em

residência, 93 anos, natural de Brejões-BA

Jandyra Alice da Silva faleceu em residência, 90 anos, natural de Salvador-BA

Acursio Pereira Esteves faleceu no Hospital Córdio Pulmonar, 65 anos, natural de Salvador-BA

Waldemar Soares de Menezes faleceu em residência, 84 anos, natural de Nilo Peçanha-BA

Alayde Santos de Lima faleceu no Hospital Santa Izabel, 78 anos, natural de Salvador-BA

Manoel Francisco Bomfim, 86 anos, natural de Salvador-BA

Maria Bernadete de

Freitas Santos faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 90 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Antônio Carlos Pereira da Silva Filho faleceu no Hospital Espanhol, 56 anos, casado, administrador, natural de Salvador-BA

Anete Lauria Teixeira Sampaio faleceu no Hospital Aliança, 71 anos, casada, natural de Belém-PA

Indagarana Izabel Bezerra Santana faleceu no Hospital Espanhol, 70 anos, solteira, natural de Salvador-BA

Maria da Conceição de Souto faleceu no Hospital da Bahia, 90 anos, viúva, secretária,

natural de Salvador-BA

Valdemar Seixas Lima faleceu no Hospital da Bahia, 75 anos, casado, policial militar, natural de Paripiranga-BA

Manoel Malvar Amoedo faleceu na UPA - San Martin, 85 anos, viúvo, aposentado

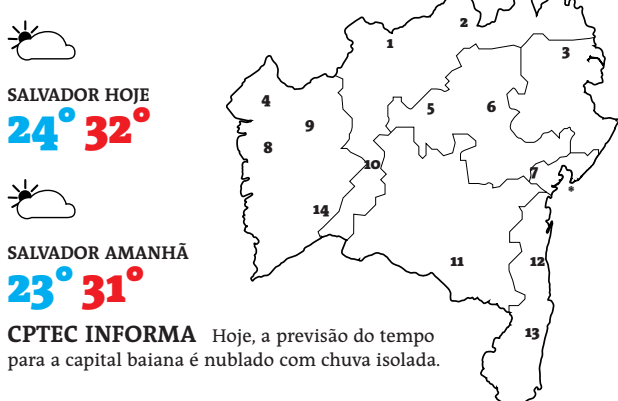
Ludmila Fernandes dos Anjos faleceu em residência, 43 anos, solteira, advogada, natural de Vitória da Conquista-BA

Mônica Leal de Souza faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 57 anos, solteira, secretária, natural de Salvador-BA

Maria Bernadete Santos Ribeiro faleceu no Hospital Aeroporto, 65 anos, divorciada

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br



1 REMANSO	2 JUAZEIRO	3 PAULO AFONSO	4 FORMOSA DO RIO PRETO	5 IRECE	6 JACOBINA	7 FEIRA DE SANTANA	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	9 BARREIRAS	10 BOM JESUS DA LAPA	11 VITÓRIA DA CONQUISTA	12 ILHÉUS	13 PORTO SEGURO	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA
22° 29°	22° 35°	24° 39°	20° 30°	22° 34°	20° 35°	22° 37°	20° 28°	20° 32°	21° 37°	17° 36°	22° 34°	23° 35°	20° 34°
HOJE		AMANHÃ		QUINTA-FEIRA		TEMPERATURAS							
Alta 01h19 1,9m	Alta 02h08 2,0m	Alta 02h48 2,1m	Alta 08h46 0,2m	Alta 08h46 0,2m	Alta 15h02 2,2m	Alta 21h08 0,1m	Brasil 18° 25°	Brasil 24° 31°	Mundo 9° 21°	Mundo 8° 15°			
Baixa 07h23 0,5m	Baixa 08h08 0,4m	Baixa 08h46 0,2m	Baixa 14h23 2,1m	Baixa 15h02 2,2m	Baixa 21h08 0,1m		Brasília 18° 25°	J. Pessoa 24° 31°	Bogotá 9° 21°	Barcelona 8° 15°			
Alta 13h37 1,9m	Alta 14h23 2,1m	Alta 15h02 2,2m	Alta 21h08 0,1m	Alta 15h02 2,2m	Alta 21h08 0,1m		Curitiba 17° 27°	Rio 21° 27°	H. Kong 19° 21°	Moscou -22° -10°			
Baixa 19h46 0,3m	Baixa 20h30 0,2m	Baixa 21h08 0,1m	Baixa 21h08 0,1m	Baixa 21h08 0,1m	Baixa 21h08 0,1m		Natal 24° 31°	Recife 24° 31°	Quebec -7° 3°	Luanda 25° 31°			
MINQUANTE ATÉ 12/3		NOVA 13 A 20/3		CRESCENTE 21 A 27/3		CHEIA 28/3 A 3/4		NASCENTE 5h38		POENTE 17h54			

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital baiana é nublado com chuva isolada.

SOL SOL E NUVENS SOL E CHUVA NUBLADO CHUVA CHUVA FORTE

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

VAREJO A mesa redonda intitulada “Impactos da pandemia e das restrições no setor empresarial e no Comércio” foi mediada pelo jornalista Osvaldo Lyra

Impacto da pandemia no comércio é tema de live

Reprodução / Ag. A TARDE



Mário Dantas, da ACB, Felipe Sica (CDL), e o advogado Washington Pimentel foram os participantes do evento



CÁSSIO SANTANA

O A TARDE Conecta promoveu, ontem, a mesa redonda “Impactos da pandemia e das restrições no setor empresarial e no Comércio”, com a mediação do jornalista Osvaldo Lyra e presença do presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB), Mário Dantas, do vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL), Felipe Sica, e do advogado especialista em reestruturação empresarial,

Washington Pimentel.

O debate aconteceu em um momento em que governantes adotam uma nova rodada de medidas restritivas em resposta ao avanço da Covid-19 em todo o país, com registro de alta de casos e demanda por leitos de UTI. Na Bahia, o governador Rui Costa (PT), com apoio de prefeitos, decretou o fechamento de atividades não essenciais até o próximo dia 15 e toque de recolher das 20h às 5h da manhã que segue até o final do mês.

Para o presidente da ACB, Mário Dantas, as medidas restritivas acontecem em um momento de “fragilidade das empresas”, que, de acordo com

Dantas, passaram por momentos críticos no ano passado, e agora temem uma onda de quebra de empresas.

“A gente está muito preocupado com as medidas restritivas. As empresas estão no limite. O comércio foi muito afetado no ano passado”, afirmou Dantas.

“Contra o lockdown”

O vice-presidente da CDL, Felipe Sica, defende o retorno imediato das atividades comerciais. Segundo Sica, o comércio formal não foi um espaço de proliferação da Covid-19. “A CDL é contra o lockdown. Houve, sim, um grande apoio de nossa parte no início da pandemia, por-

que achávamos que era necessário. Depois de um ano, temos bastante dados que indicam quais são os locais onde têm a maior proliferação do vírus, e não foi no comércio onde o vírus proliferou”, argumentou.

“Neste segundo ciclo de restrições a gente enfrenta dificuldades ainda maiores, porque não se teve contrapartidas para as empresas, e a gente começa a enxergar uma quebra de empresas. No início da pandemia tivemos benefícios, incentivos, flexibilidade”, disse o advogado Washington Pimentel.

LEIA MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

COMBUSTÍVEIS

Petrobras sobe gasolina pela sexta vez este ano

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras anunciou ontem um novo aumento dos preços da gasolina e do diesel que são cobrados em suas refinarias. No caso da gasolina, o aumento é o sexto do ano, e o preço médio do litro passará de R\$ 2,60 para R\$ 2,84, em uma alta de cerca de 9,2%.

Para o litro do diesel, o reajuste anunciado é de R\$ 2,71 para R\$ 2,86, um encarecimento de cerca de 5,5%. No caso desse combustível, o aumento é o quinto do ano.

O último reajuste havia sido anunciado pela Petrobras em 1º de março e, antes disso, houve aumentos em 18 de fevereiro, 8 de fevereiro, 26 de janeiro e 18 de janeiro, dia em que apenas o preço da gasolina foi reajustado. No fim do ano passado, o litro de combustível custava R\$ 1,84 nas refinarias, R\$ 1 a menos que o preço alcançado agora.

Política de preços

A política de preços da Petrobras busca o alinhamento do preço das refinarias aos do mercado internacional, o que também torna o preço sensível ao valor do real perante o dólar, moeda em que as negociações ocorrem no exterior.

Segundo a estatal, manter esse alinhamento é fundamental para garantir que o mercado brasileiro seja suprido sem risco de desaba-

tecimento. A empresa afirma que, assim como o preço sobe quando há encarecimento no mercado internacional, ele também cai quando a alta da oferta no mundo desvaloriza esses combustíveis.

A Petrobras destaca ainda que essas variações do mercado internacional e do câmbio “têm influência limitada” no preço final que os consumidores encontram nos postos de combustíveis. “Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos custos revendedores de combustíveis”.

O último reajuste havia sido anunciado em 1º de março e, antes disso, houve altas em 18 de fevereiro, 8 de fevereiro, 26 de janeiro e 18 de janeiro, dia em que só a gasolina subiu

EMERGÊNCIA

Novo auxílio ficará entre R\$ 175 e R\$ 375, diz Guedes

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL
Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o auxílio emergencial, nesta nova rodada, terá valor entre R\$ 175 e R\$ 375, dependendo da composição das famílias beneficiadas. O valor médio será de R\$ 250. O anúncio foi feito ontem no Palácio do Planalto.

“Se é um valor médio [R\$ 250], porque, se for uma família monoparental, dirigida por uma mulher, aí já é R\$ 375. Se tiver um homem sozinho, já é R\$ 175. Se for o casal, os dois, aí já são R\$ 250. Isso é o Ministério da Cidadania, nós só fornecemos os parâmetros básicos, mas a decisão da amplitude é com o Ministério da Cidadania”, declarou Guedes.

Guedes disse ainda que para “reduzir a pobreza e a miséria no Brasil” é necessário “botar o dinheiro onde está o mais pobre e não nos intermediários”.

“Se nós quisermos reduzir a pobreza e a miséria no Brasil, você tem que dar o dinheiro direto para os mais desfavorecidos, para os mais pobres, que é o que a gente fez, que é a filosofia lá atrás do bolsa-escola, bolsa-família. Agora, o auxílio emergencial acabou seguindo também uma linha semelhante que é botar o dinheiro onde está o mais pobre e não nos intermediários”, afirmou o ministro.

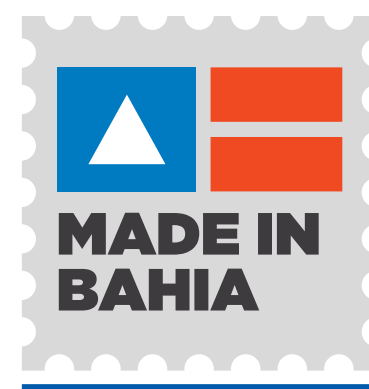
A PEC emergencial, que

viabiliza a retomada do auxílio emergencial, foi aprovada na semana passada pelo Senado Federal, mas ainda passará pela Câmara dos Deputados. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é a de que o texto seja aprovado amanhã, se houver acordo.

Em 2020

O auxílio emergencial foi criado em abril de 2020 pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia de Covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães (solteiras) chefes de família e, depois, estendido até 31 de dezembro em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

Ministro disse ainda que para “reduzir a pobreza e a miséria no Brasil” é necessário “botar o dinheiro onde está o mais pobre e não nos intermediários”



Tidelli: pioneirismo e inovação em outdoor living



LUCIANO MANDELLI
Presidente da Tidelli

Uma marca que nasceu com paixão e inovação. Nossa história começa em 1983, quando minha irmã Tatiana, de forma visionária, percebeu a necessidade do mercado em ter bons móveis para áreas externas. Seis anos depois, ela fundou a Tidelli em Porto Alegre. Em 1991, abriu a primeira franquia em São Paulo, iniciando nossa rede de distribuição.

Em 32 anos muita coisa mudou, menos nosso propósito. Hoje, a empresa é liderada por mim, Luciano Mandelli, junto com meus irmãos Tatiana, nossa fundadora, Roberta e Giancarlo, que se juntaram à empresa ao longo deste período. O design continua sendo um processo estratégico, apaixonante e emocional. Cores, materiais e pessoas são os principais ingredientes. Somos família, união, afetividade e modernidade. Nossos valores estão em cada peça produzida.

Fomos pioneiros ao abrir o mercado de outdoor living no Brasil e, hoje, esse mercado e nossa história se confundem. Criamos produtos que são objetos de desejo, sempre alinhados com as tendências mundiais. Produzimos artesanalmente móveis customizáveis, mas de forma industrial. Ao longo de muitos anos de pesquisas, apresentamos de forma pioneira muitas inovações como o uso do PVC nos anos 80, as fibras sintéticas nos anos 90, e mais recentemente as cordas náuticas no mobiliário outdoor trançado à mão. Falando em criações, contamos há muitos anos com um grupo de designers brasileiros e internacionais de elite, que contribuem com a empresa. Tudo isso nos possibilitou o título “Top of Mind” Brasil no seu segmento pelo sexto ano consecutivo.

Temos orgulho em dizer que somos “Made in Bahia”, feito exclusivamente aqui e com toda energia que esse povo tem. A Bahia nos recebe de braços abertos desde 1996 quando transferimos nossas operações para cá. A vinda da fábrica para Salvador, em Fazenda Coutos em 2005, com suporte do governo do estado e da prefeitura de Salvador, propiciou uma nova fase para a empresa. Este apoio, aliado à produtividade da nossa equipe e à localização estratégica nos garantiu bons diferenciais competitivos. Sem falar no importante impacto social para a região, trazendo dignidade, emprego e renda para a população do subúrbio ferroviário.

Atualmente, contamos com 34 lojas exclusivas no Brasil e duas na Califórnia, além de distribuidores em Nova York, Miami, São Francisco, Panamá, México, Uruguai, Dubai e Noruega. Apesar das crises vividas no Brasil, temos mantido crescimento médio de 12% ao ano na última década, inclusive em 2020, quando mantivemos todos os empregos e ainda abrimos 130 novas vagas, chegando a uma equipe de 450 pessoas na fábrica. Todos estes colaboradores trazem consigo a história de suas famílias de marceneiros, estofadores, marmoristas, entre outros tantos conhecimentos. Na Tidelli, todos são tratados da mesma forma e reconhecem isso, colocando amor em cada peça produzida.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

24h

ECONOMIA

União paga R\$ 1,35 bilhão de dívidas de estados

EM FEVEREIRO O Tesouro Nacional pagou, em fevereiro, R\$ 1,354 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 907,2 milhões, é relativa a atrasos de pagamentos de Minas Gerais. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 267,25 milhões de Goiás e de R\$ 150,86 milhões do estado do Rio de Janeiro. A União também cobriu dívidas de R\$ 16,55 milhões do Amapá e de R\$ 11,77 milhões do Rio Grande do Norte. As informações são da Agência Brasil.

Os dados constam do Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado

O número de estados com dívidas cobertas diminuiu de 15 em dezembro de 2020 para 5 no mês passado

ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até a quitação da diferença, cobrando multa e juros.

Nos dois primeiros meses deste ano, a União quitou R\$ 1,69 bilhão de dívidas em atraso de entes subnacionais; R\$ 1,058 bilhão coube a Minas Gerais; R\$ 346,04 milhões a Goiás; R\$ 230,11 milhões ao Rio de Janeiro; R\$ 32,88 milhões ao Amapá e R\$ 23,44 milhões ao Rio Grande do Norte.

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro diminuiu de 15 para cinco. No fim de 2020, além dos cinco estados acima, Mato Grosso, Roraima, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Tocantins e Maranhão tiveram garantias

honradas pela União.

Em relação aos municípios, o Tesouro não cobriu débitos atrasados de prefeituras neste ano. No ano passado, a União honrou R\$ 66,23 milhões de garantias de oito municípios, dos quais duas capitais, Natal e Goiânia. As demais prefeituras foram Chapecó (SC), Cachoeirinha (RS), Belford Roxo (RJ), Novo Hamburgo (RS), Rio Grande (RS) e São Bernardo do Campo (SP).

Nos últimos três anos, decisões do Supremo Tribunal Federal impediram a execução das contragarantias de vários estados. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo inadimplente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas.

Governo anuncia novos leitos para o norte baiano, em 'lockdown'

REFORÇO Vinte municípios do norte do estado foram incluídos no 'lockdown' parcial até as 5h de amanhã, para tentar frear o aumento de casos de covid-19. Todo o comércio não essencial ficará fechado e, em contrapartida, o estado anunciou a abertura de mais 40 leitos. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa.

Segundo ele, serão 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e outros 20 leitos clínicos - o que entende ser necessário para controlar a situação na região.

No domingo (7), a taxa de ocupação dos leitos de UTI chegou a 100% em Senhor do Bonfim e Juazeiro - cidades que contam com UTIs. Sento Sé e Campo Alegre de Lourdes cederam cinco respiradores para Juazeiro, totalizando 10 equipamentos, que irão compor 10 novos leitos de UTI para o Hospital de Campanha, além de 10 leitos clínicos.

Senhor do Bonfim também receberá outros 10 leitos de UTI e 10 clínicos. A Secretaria de Saúde de Juazeiro terá até amanhã para montar e colocar em funcionamento os novos leitos. Apenas as atividades relacionadas à saúde e gêneros alimentícios estão permitidas.

Comércio vai abrir quando ocupação chegar a 80%

LEITOS O comércio não essencial segue fechado em Salvador e região metropolitana até o dia 15 deste mês. O decreto pode ser prorrogado e é isso que deve acontecer, pelo menos até as taxas de ocupação nos leitos de UTI chegarem a 80%. Salvador teve ontem 85% de ocupação, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeito da cidade, Bruno Reis afirmou que essa reabertura será escalonada para evitar aglomerações nas ruas e, principalmente, no transporte público. À TV Bahia, o gestor explicou que um plano de retomada está sendo elaborado e prevê que cada atividade econômica funcione em um horário diferente.

“Estamos planejando um cronograma de retomada com horários alternados. Construção civil funciona num horário, comércio de rua num outro horário, shoppings e estabelecimentos em outro horário”, afirmou.

O governador Rui Costa afirmou que essa é uma medida paliativa, que tenta compreender ao máximo o momento do estado e dos municípios. “Essa é uma medida paliativa porque nós temos uma economia frágil, um país que vem em recessão há cinco anos e uma região que tem um grau de informalidade no emprego muito alta. É um parâmetro que dá opção de oferecer dignidade a quem precisa de um leito e também evita que se chegue a um colapso no sistema de saúde”, afirmou.

Real é a terceira moeda que mais perdeu valor para o dólar em 2021

MOEDA A disparada do dólar no Brasil fez o real ter um dos piores desempenhos no mundo este ano, superando até a divisa de Mianmar - país que enfrenta um golpe de Estado e violentas manifestações contrárias aos militares que tomaram o poder - neste começo de 2021,

mostram números de quase 150 ativos monitorados pela gestora Armor Capital.

O real tombou 10% frente ao dólar neste ano e só duas moedas têm números piores: a de Cuba e a da Líbia, mas a desvalorização destas moedas (70% e 95% respectivamente) são reflexos de deci-

sões políticas deliberadas de seus próprios governos.

Segundo economistas ouvidos pela Agência Estado, a situação fiscal, os juros muito baixos e o episódio de ingerência de Jair Bolsonaro na Petrobrás estão por trás da forte piora do dólar no mercado doméstico este ano.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

As reviravoltas da terra redonda

O terremoto Fachin terá muitos efeitos secundários, mas começou mudando o dia de ontem. Havia amanhecido um tempo ruim para o presidente Bolsonaro, com o pacto entre governadores deixando claro que a sua inépcia agravava a tragédia da pandemia. No fim do dia, abrigado num guarda-chuva, Bolsonaro falou longamente sobre variados assuntos, reclamou até da alta do dólar provocada pela decisão que beneficiou o ex-presidente Lula. "A bolsa foi lá pra baixo, o dólar lá pra cima. Todos nós sofremos com uma decisão como essa". Nos dias anteriores, o dólar subiu e a bolsa despencou por causa dele, Bolsonaro.

Um dos primeiros efeitos da decisão de Fachin de anular tudo o que foi decidido a partir da 13ª Vara Federal de Curitiba sobre Lula é mudar o cenário para a eleição de 2022, com Lula elegível. Outra consequência é que réus como o ex-governador Sérgio Cabral e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha podem vir a se beneficiar da reviravolta. Todos que não forem diretamente ligados à Petrobras podem questionar seus processos. Cabral foi condenado pela Calicute e julgado pela 7ª Vara, no Rio, mas um

ministro do Supremo me disse que, a partir de agora, tudo tem chance de ser revisto.

Bolsonaro voltou a ficar confortável para falar da "bandalheira" do PT. E afirmou que os desvios do BNDES haviam sido de "trilhão de real". Ele nunca conseguiu, nem mesmo trocando o presidente do banco, abrir a tal caixa-preta do BNDES, mas cria uma cifra imaginária e assim pode fugir de temas incômodos, como a mansão comprada pelo seu filho Flávio. Ontem mesmo, o procurador junto ao TCU, Lucas Furtado, iniciou um procedimento questionando o fato de o senador Flávio Bolsonaro ter casa e usar apartamento funcional. Isso seria, segundo o procurador de contas, "crime e ato de improbidade".

Uma das questões incômodas para Bolsonaro era o fim da Lava-Jato. Afinal, ele surfou na onda anticorrupção, sem qualquer relação prévia com essa agenda. Foram as decisões de seu governo, primeiro minando o pacote anticrime, depois instalando um inimigo da Lava-Jato na Procuradoria-Geral da República (PGR), que levaram ao desmonte das Forças-Tarefas. Portanto, a conta estava com ele. Ontem, ele jogou o peso sobre o ministro que anulou as condenações de Lula. "Luís Fachin sempre teve forte ligação com o PT. Então não nos estranha uma decisão nesse sentido". Na verdade, Fachin tomou muitas decisões contrárias ao PT.

Um ministro do Supremo, surpreso com a decisão de Fa-

chin, me disse o seguinte. "Ele negou tudo o que Lula pediu e agora, de repente, dá tudo de uma vez só". Outro disse que era a "estratégia de desespero" do ministro, diante das várias derrotas recentes da sua relatoria.

A decisão abala a confiança no próprio Supremo. Desde a primeira hora, a defesa do ex-presidente Lula arguiu a competência do tribunal de Curitiba, defendendo a tese de que Sérgio Moro não era o juiz natural. Os fatos teriam ocorrido em São Paulo – Guarujá, Atibaia – e o acusado morava em Brasília, na época. Mas a competência da 13ª Vara foi confirmada inúmeras vezes, os processos foram julgados também na 2ª Instância. Houve recursos até ao STJ. Agora, anos depois de tudo, de Lula

ter ficado quase dois anos preso, o ministro decidiu que Curitiba não era o foro competente.

Na política brasileira, que dá mais voltas que a Terra (redonda) em torno do Sol, o procurador Augusto Aras, mais precisamente a equipe da subprocuradora Lindora Araújo, a algoz da Lava-Jato, vai recorrer da decisão. Tudo o que ela não quer, evidentemente, é defender atos da Lava-Jato.

O Brasil, este país que não é para amadores, viveu ontem vários dias num dia só. De manhã, governadores articulavam com os presidentes da Câmara e do Senado a criação de um comitê de crise para a tomada de decisões coordenadas. Eu falei com dois governadores que estavam tentando negociar a coalizão mais ampla possível. Isso deixa evidente a total incompetência do presidente da República, que sabota as medidas de proteção da saúde dos brasileiros. "Nós estamos vivendo uma catástrofe", desabafou um governador. Minutos depois, todas as atenções estavam voltadas para Lula e a disputa de 2022. Bolsonaro, que não sabe governar, voltou ao que se dedica desde o primeiro dia: a fazer campanha e contra o PT.

Auxílio ficará entre R\$ 175 e R\$ 375, diz ministro

BENEFÍCIO O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a nova rodada do auxílio emergencial contemplará valores entre R\$ 175 e R\$ 375, dependendo da composição das famílias beneficiadas. Ainda, segundo ele, o valor médio será de R\$ 250. A PEC emergencial, que viabiliza a retomada do auxílio emergencial, foi aprovada na semana passada pelo Senado Federal, mas ainda passará pela Câmara dos Deputados. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é a de que o texto seja aprovado amanhã, se houver acordo.

"Esse é um valor médio [R\$ 250], porque, se for uma família monoparental, dirigida por uma mulher, aí já é R\$ 375. Se tiver um homem sozinho, já é R\$ 175. Se for o casal, os dois, aí já são R\$ 250. Isso é o Ministério da Cidadania, nós só fornecemos os parâmetros básicos, mas a decisão da amplitude é com o Ministério da Cidadania", declarou Guedes em entrevista no Palácio do Planalto.

Guedes disse ainda que para "reduzir a pobreza e a miséria no Brasil" é necessário "botar o dinheiro onde está o mais pobre e não nos intermediários".

"Se nós quisermos reduzir a pobreza e a miséria no Brasil, você tem que dar o dinheiro direto para os mais desfavorecidos, para os mais pobres que é o que a gente fez, que é a filosofia lá atrás do bolsa escola, bolsa família. Agora, o auxílio emergencial acabou se-



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Ministro Paulo Guedes disse que valor mudará conforme composição das famílias

●● A vacinação em massa agora é a primeira prioridade do governo. É vacinar e manter a economia em movimento
Paulo Guedes
Ministro da Economia

guindo também uma linha semelhante que é botar o dinheiro onde está o mais pobre e não nos intermediários", afirmou o ministro.

O ministro Paulo Guedes disse ainda que, se for necessário mais do que os R\$ 44 bilhões reservados para o auxílio emergencial, o governo tem "protocolo para isso". "Se na frente for exigido mais, temos protocolo para isso", afirmou. Os R\$ 44 bilhões foram o teto determinado na PEC.

O auxílio emergencial foi

criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia de covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil para mães chefes de família monoparental e, depois, estendido até 31 de dezembro em até quatro parcelas de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

Em uma aparente mudança de postura em relação à cúpula do governo, Guedes reforçou que a vacinação em massa é a "primeira prioridade do governo".

Mais*

EM TRÊS MESES, QUEM ENCHIA O TANQUE EM SALVADOR COM R\$ 180, AGORA GASTA R\$ 207



Em Salvador, atualmente o preço do combustível varia de R\$ 5,05 até R\$ 5,90, a depender do posto; sindicato acredita que haverá novos aumentos

Gasolina mais cara pela sexta vez no ano

Preço do combustível nas refinarias acumula alta de 54%; já o diesel subiu 41,6%

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM
carolina.cerqueira@redebahia.com.br

Em dezembro ainda era possível abastecer em Salvador pagando R\$ 4 em um litro de gasolina. Menos de três meses depois, o mesmo produto é encontrado por, no mínimo, R\$ 5,05 e chega a custar R\$ 5,90 em alguns postos da cidade. Mas a subida não para por aí, a gasolina vai ficar ainda mais cara a partir de hoje porque a Petrobras anunciou, ontem, o sexto reajuste de

combustíveis do ano. Na prática, significa que, a cada 11 dias de 2021, abastecer pesou um pouco mais no bolso.

Quem em dezembro conseguia encher um tanque de 45 litros por R\$ 180, com o aumento paga agora R\$ 207. Para quem gasta uma média de três tanques por mês, isso representa um incremento no orçamento de R\$ 81.

Com o novo aumento, o preço médio de venda da gasolina nas refinarias passa a R\$ 2,84 por litro, alta de R\$ 0,23 por litro (8%); enquanto o diesel passa a valer R\$ 2,86 por litro, aumento de R\$ 0,15

por litro (5,2%). Em dezembro de 2020, o litro da gasolina custava em média R\$ 1,84. Já o do diesel saía a R\$ 2,02 nas refinarias.

De acordo com o presidente do Sindicom-bustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, com a chegada do inverno europeu, quando há aumento na demanda dos derivados de petróleo, a tendência é que haja novos aumentos.

DOEU NO BOLSO

O gerente do posto Shell do Rio Vermelho, Cícero Cruz, 43 anos, diz que o comportamento do consumidor vem mudando. Segundo ele, quem abastecia R\$ 50, por exemplo, agora está segurando o gasto, colocando R\$ 20. "A quantidade de pessoas que chegava aqui pedindo para encher o tanque diminuiu. Não vale mais a pena porque toda hora tem alteração de preço, aí é melhor colocar aos poucos".

Para o motoboy João Lucas, 25, ter a renda afetada diretamente pelo preço dos combustíveis está cada vez mais preocupante. "Quando vou fazer as contas para ver a renda, está lá embaixo, não ganhei nada, só fiz gastar". O cenário se agrava porque não é somente o valor da gasolina que vem sofrendo aumento: "É combustível, óleo; impostos só aumentam a cada dia, o salário mínimo virou trocado".

O aposentado Pedro Mutti, 63, foi mais rápido do que o aumento e abasteceu ontem, assim que soube da alta de preços anunciada para hoje. "Eu vim logo porque soube que já vai aumentar, então estou me prevenindo".

COMBINAÇÃO DE FATORES

De acordo com a Petrobras, o alinhamento de preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro seja suprido sem risco de desabastecimento. Mas os preços praticados pela empresa têm influência limitada sobre o valor percebido pelo cliente final. O preço da gasolina e do diesel na bomba do posto é diferente daquele cobrado nas refinarias. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos.

*ORIENTADA PELA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

●● A alta se deve à política da Petrobras de ajustar o valor do diesel e da gasolina com base no valor do barril de petróleo e do dólar
Walter Tannus Freitas
Presidente do Sindicom-bustíveis

●● A nota do combustível que a gente pega continua vindo cara, então a gente não vai conseguir segurar esse preço; infelizmente, vai ter que repassar
Cícero Cruz
Gerente do Shell no Rio Vermelho, sobre o aumento dos combustíveis para o consumidor final

ÚLTIMOS REAJUSTES:

- Março de 2020: R\$ 4,46
- Abril de 2020: R\$ 4,06
- Maio de 2020: R\$ 3,81
- Junho de 2020: R\$ 3,96
- Julho de 2020: R\$ 4,14
- Agosto de 2020: R\$ 4,23
- Setembro de 2020: Valor não informado pela agência
- Outubro de 2020: R\$ 4,35
- Novembro 2020: R\$ 4,40
- Dezembro 2020: R\$ 4,48
- Janeiro de 2021: R\$ 4,62
- Fevereiro 2021: R\$ 4,95
- Março de 2021: R\$ 5,29
- ANP Desde o início de 2021, a gasolina acumula alta de 54% nas refinarias, enquanto o diesel subiu 41,6%, calcula a agência reguladora

VEJA DICAS PARA GASTAR MENOS COMBUSTÍVEL:

Uso consciente Evite usar seu veículo para saídas desnecessárias. Deslocamentos próximos de casa podem priorizar outros modos ou mesmo dar uma boa caminhada;

Cuidados Mantenha o automóvel com a manutenção atualizada, evitando que o mau funcionamento das peças acarrete em um consumo maior de combustível;

Câmbio Procure trocar as marchas sempre na rotação correta, mantendo o giro do motor compatível à marcha escolhida;

Excesso de peso Estar sempre com o veículo cheio também contribui para aumentar o gasto de combustível. Cargas superiores a 10 quilos já influenciam bastante no consumo, pois o motor terá que fazer mais força para colocar o veículo em movimento com mais peso;

Pneus Circular com os pneus em boas condições é essencial para economizar mais combustível. Pneus murchos influenciam diretamente no rendimento do veículo, pois geram mais atrito com a via;

Trânsito Ao dirigir, antecipe paradas e desacelerações, que acontecem com frequência em pontos de virada, na direita, ou qualquer lugar que tenha veículos mais lentos do que o seu.

DEFINIÇÃO

Auxílio emergencial: valores serão de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 375, diz Guedes

MANOEL VENTURA E DANIEL GULLINO, O GLOBO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem os valores do auxílio emergencial em 2021. De acordo com o ministro, os valores irão depender da situação da família. Em média, o valor será de R\$ 250.

Mães solo receberão R\$ 375; homens que moram sozinhos, R\$ 175; e casais, R\$ 250. O ministro não esclareceu, porém, os casos de casais com filhos.

— Esse é um valor médio (R\$ 250), porque se for uma família monoparental dirigida por uma mulher é

R\$ 375. Se for um homem sozinho é R\$ 175. Se for um casal, os dois, aí já são R\$ 250. Nós só fornecemos os parâmetros. A decisão da amplitude é do Ministério da Cidadania — disse Guedes, no Palácio do Planalto, sem entrar em maiores detalhes.

O governo deve pagar pelo menos quatro parcelas. A expectativa é começar a transferência dos recursos ainda neste mês. Mas para isso é necessário que o Congresso aprove uma proposta que destrava o pagamento do benefício.

O Senado aprovou a proposta na semana passada, e a Câmara deve analisar o

texto nesta semana. A proposta não estabelece um valor do pagamento, mas fixa um limite de R\$ 44 bilhões para os gastos totais do benefício. No ano passado, o governo pagou cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300 a um custo de cerca de R\$ 300 bilhões. O benefício foi pago entre maio e dezembro. E, em janeiro, com a suspensão dos pagamentos, a pobreza e a fome aumentaram no Brasil.

A proposta em discussão no Congresso também cria mecanismo para controle de despesas, inclusive medidas que preveem a suspensão de reajuste de servidores.

REFRESCO

'Inadimplência cai em fevereiro e atinge menor nível desde início da pandemia

IG

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso caiu de 24,8% em janeiro para 24,5% em fevereiro, e chegou ao menor patamar desde o início da pandemia de Covid-19. Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada hoje (8) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O percentual de inadimplentes está em queda desde agosto de 2020, mas ainda é maior que o de fevereiro do ano passado, que foi de 24,1%. A inadimplência é mais forte entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos. Nesse grupo, o percentual caiu de 27,9% em janeiro

para 27,4% em fevereiro. Já entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, houve alta da inadimplência, de 11,5% em janeiro para 11,7% em fevereiro.

O endividamento em fevereiro chegou a 66,7% das famílias, a maior proporção desde outubro do ano passado. São consideradas endividadas as famílias que têm dívidas de cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros.

O grupo de famílias com renda superior a 10 salários mínimos teve aumento no endividamento, que passou de 60,7% para 62,1% em fevereiro, enquanto para as famílias com renda de até 10 salários mínimos, o percentual se manteve estável em 67,9%.

PROJEÇÃO

A pesquisa apura ainda o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Nesse caso, houve queda de 10,9%, em janeiro de 2021, para 10,5% em fevereiro. Assim como a inadimplência, essa situação é mais comum entre as famílias mais pobres, nas quais houve queda de 12,8% para 12,4% em fevereiro. Entre as mais ricas também houve queda, de 3,9% para 3,7%.

O número de famílias que se consideram muito endividadas também caiu em fevereiro e chegou a 13,9%. O percentual é o menor desde setembro de 2019, e as famílias declararam, em média, que 30,2% de sua renda mensal está comprometida com dívidas.

Tribuna

Gasolina tem o sexto aumento este ano

O litro do combustível chega a R\$ 2,84 nas refinarias, enquanto o diesel é de R\$ 2,86

ANILSON SALOMÃO
REPORTER

A Petrobras vai elevar mais uma vez os preços da gasolina e do diesel nas refinarias a partir desta terça-feira (9), informou ontem (8) a estatal, por meio da assessoria de imprensa.

O preço médio de venda da gasolina passará a ser de R\$ 2,84 por litro, alta de R\$ 0,23 por litro (acréscimo de 9,2%), enquanto o diesel passará a média de R\$ 2,86 por litro, aumento de R\$ 0,15 por litro (alta de 5,5%).

O último reajuste havia sido anunciado pela Petrobras em 1º de março e, antes disso, houve aumentos em 18 de fevereiro, 8 de fevereiro, 26 de janeiro e 18 de janeiro, dia em que apenas o preço da gasolina foi reajustado. No fim do ano passado, o litro de combustível custava R\$ 1,84 nas refinarias, R\$ 1 a menos que o

preço alcançado hoje.

A reportagem da Tribuna da Bahia foi a um posto localizado na Av. Jequitaia, no qual constatou que o preço da gasolina gira em torno de R\$ 5,25 o litro, já do diesel gira em torno de R\$ 3,74. Em outro posto na Av. Bonocô, o consumidor tá pagando R\$ 5,59 o litro do combustível.

O taxista Renato Almeida, ficou surpreso quando soube do novo aumento a partir de hoje. "É imediato, não né? Estou rodando desde cedo, ainda não sabia dessa informação. Vou aproveitar para abastecer um pouco a mais do que estava planejado, e me preparar para este aumento", comentou Renato.

Luiza Almeida, que é representante comercial de uma marca em Salvador, se mostrou assustada com mais um novo aumento e disse que vai recorrer à utilização do etanol. "Já estou sofrendo horrores, uso meu carro para trabalhar, a sorte



Foto: Romildo de Jesus

MAIS CARO O último reajuste foi em 1º de março. Antes disso, houve aumentos em 18 de fevereiro, 8 de fevereiro, 26 de janeiro e 18 de janeiro nas refinarias

que ele é flex. e agora vou passar a usar ainda mais o etanol", disse Luiza.

De acordo com a Petrobras, o reajuste reflete o aumento da cotação do petróleo no mercado internacional e a disparada do dólar.

"Os preços praticados pela Petrobras, e suas variações para mais ou para menos, associadas ao mercado internacional e à taxa

de câmbio, têm influência limitada sobre os preços percebidos pelos consumidores finais", ressalta a empresa em nota.

Para a petroleira, "é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido, sem riscos de desabastecimento, pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às regiões brasileiras". E essa

política de preços que está no alvo de Bolsonaro.

Na tentativa de mudá-la, ele indicou o general Joaquim Luna e Silva para o lugar de Castello Branco, cujo mandato vai até 20 de março.

A reportagem da TB tentou contato com o Sindicom Combustíveis-BA, que até o fechamento desta edição não respondeu ao pedido da reportagem.

RESTRIÇÃO

Reunião vai alinhar retomada do comércio

YURI ABREU
REPÓRTER

De um lado, as taxas de ocupação dos leitos de UTI Adulto para covid-19 na casa dos 85% em Salvador – os dados são da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), relativos a ontem (8). Do outro, empresários dos diversos setores produtivos da cidade pressionando pela retomada das atividades, tendo em vista os prejuízos causados por conta da pandemia e das medidas restritivas mais rígidas impostas pelo Governo da Bahia para evitar o avanço da doença e o colapso na região mais rica do estado.

Na tentativa de chegar a um acordo em comum, o poder público e o setor do comércio vêm realizando reuniões na tentativa de alinhar o discurso e, quem sabe, ter pelo menos um horizonte quanto à nova retomada das atividades, sem que isso implique, por outro lado, em mais aumento na procura pelos leitos de UTI, o que faria Salvador entrar no tão temido colapso.

Na última sexta-feira, um desses encontros aconteceu, quando as entidades empresariais conheceram,

em primeira mão, o plano de retomada das atividades econômicas, baseado no escalonamento dos horários de funcionamento de cada setor, a exemplo do comércio, serviços, turismo, alimentação, escritórios e construção civil. O objetivo é o de permitir que todas as atividades econômicas estejam ativas na capital, enquanto o fluxo no transporte público poderá ser controlado na cidade, reduzindo o contágio pelo novo coronavírus.

Porém, as discussões ainda estão em andamento e uma nova reunião está prevista para acontecer nesta terça-feira (9), desta vez com a presença dos prefeitos da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Espera-se que, após esse encontro, surja um norte neste sentido, ainda que, a princípio, não se tenha uma data certa para que essas atividades econômicas sejam retomadas na capital baiana e nas outras cidades que compõem a RMS, justamente pelo alto índice de ocupação dos leitos de UTI Covid Adulto, nos últimos tempos sempre acima dos 80%.

"No sábado, nós estabelecemos esse critério de

que se as taxas ficarem, por pelo menos cinco dias, na casa dos 80%, poderíamos retomar as atividades", disse o prefeito de Salvador, Bruno Reis, em entrevista à TV Bahia, na segunda-feira. "Era um critério que já estava em vigor em Salvador e os prefeitos da Região Metropolitana devem adotar. Não adianta fecharmos aqui e as demais cidades estarem funcionando. Nós adquirimos um sistema de inteligência no qual nós conseguimos identificar, através dos dados do Salvador Card, qual segmento impacta em cada horário no transporte público. Por isso, estamos determinando um cronograma com horários alternados", salientou.

Dessa forma, a tendência é a de que, por exemplo, a construção civil comece em um horário, lojas de rua funcionem em outro, shoppings e centros comerciais iniciem as operações em um terceiro, e assim sucessivamente. "Com isso, a gente vai evitar, nos horários de pico, de ter uma demanda maior que a oferta, graças a esse escalonamento. Assim, não teremos ônibus lotados, o que vai nos ajudar no

enfrentamento à pandemia. Vamos voltar de forma segura, mas só efetivamente quando os números permitirem. Só no enfrentamento da pandemia, Salvador já investiu R\$ 752 milhões", lembrou o prefeito da capital baiana.

ASSEMB ASSOCIAÇÃO V

Por este Edital a ASSOCIAÇÃO VIVA Presidente do Conselho Diretor, convoca aprovado, para participarem de Assen aplicativo ZOOM Cloud Meeting, cor 19, evitando aglomerações, sendo que associação para participação e v porventura, não tenham acesso a plat dos Associados e em 2º (segunda) e últ sobre a seguinte ordem do dia:

1. Eleição do Presidente e Vice-presi
2. Eleição para os cargos vacantes d
3. Entrega da Portaria;
4. Discutir e votar o orçamento das c
5. Determinar a taxa de associação c de pagamento;
6. Aprovação da empresa administ
7. Constituição de comissão que apr
8. Aprovação da autorização de trans de água dos lotes e área comum do Viv
9. O que ocorrer.

SECRET

Setor quer contrapartidas do poder público

Na reunião do último dia 5, a expectativa das entidades do comércio da capital baiana era a de que as atividades, com a apresentação do plano, fossem retomadas já ontem, o que não ocorreu exatamente pelos altos índices da covid-19 na cidade e seu impacto nas unidades de saúde. No último domingo, em nota, instituições como Fecomércio-BA, FCDL Bahia, CDL Salvador e Associação Comercial da Bahia (ACB) lamentaram a decisão dos poderes públicos e solicitaram imediatas contrapartidas do poder público frente a decisão considerada por eles "tão extrema".

Entre elas estão à aquisição urgente de vacinas, abertura de novos leitos, rígida punição para quem promove aglomerações irresponsáveis, apoio à criação de comitê público-privado para discutir medidas de combate à pandemia, parcelamento tributário para a sobrevivên-

cia das empresas e a concessão de linhas de crédito sem burocracia. Também na manhã de ontem, o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), Carlos de Souza Andrade, falou sobre o plano que foi apresentado aos empresários e a nova ex-

pectativa pela volta das atividades.

"Nós temos tido reuniões tanto com o prefeito, quanto o governador, e estas têm sido de grande proveito. Tivemos a promessa de que, nessa semana, seria criado um comitê de crise", disse o executivo em entrevista à rádio Metrópole FM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATURAMA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

OBJETO: A aquisição de peças destinadas à manutenção dos veículos leves, caminhões e máquinas pesadas deste Município, para o exercício de 2021. Abertura: 23.03.2021 às 09:00h. Edital/Informações: no prédio da sua sede, ou e-mail: prefeitura@catarama.ba.gov.br. Caturama, 08 de Março de 2021. CRISTIANE OLIVEIRA SILVA - PREGOEIRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

Registro de Preços para aquisição parcelada de produtos destinados ao sistema de iluminação pública no município de Oliveira dos Brejinhos, conforme termos e condições contidas em Edital e seus anexos. Abertura: 22/03/2021, às 09:00 horas. Edital/Informações: www.licitacoes-e.com.br e na sede da Prefeitura situada na Praça João Nery Santana, nº 197, Centro, Oliveira dos Brejinhos – Bahia, de segunda à sexta-feira, das 08 às 12 horas. Rubens Carlos Queiroz da Silveira. Secretário de Administração. Oliveira dos Brejinhos - BA, 08/03/2021.

Veículo: Varela Notícias	
Data: 08/03/21	



UNIÃO PAGOU R\$ 1,35 BI DE DÍVIDAS DE ESTADOS EM FEVEREIRO



admin 8 Março, 2021

O Tesouro Nacional pagou, em fevereiro, R\$ 1,354 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 907,2 milhões, é relativa a atrasos de pagamentos de Minas Gerais. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 267,25 milhões de Goiás e de R\$ 150,86 milhões do estado do Rio de Janeiro.

A União também cobriu dívidas de R\$ 16,55 milhões do Amapá e de R\$ 11,77 milhões do Rio Grande do Norte.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado hoje (8) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Nos dois primeiros meses do ano, a União quitou R\$ 1,69 bilhão de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 1,058 bilhão coube a Minas Gerais; R\$ 346,04 milhões a Goiás; R\$ 230,11 milhões ao Rio de Janeiro; R\$ 32,88 milhões ao Amapá e R\$ 23,44 milhões ao Rio Grande do Norte.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 09/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 09 de Março de 2021 - 09:40

Ministério da Saúde deixa de financiar mais de 70% dos leitos de UTI Covid

Entre julho de 2020 e março deste ano, o número de leitos de UTI exclusivos para pacientes com Covid-19 financiados pelo Ministério da Saúde caiu 71%. Durante o pico da pandemia, no ano passado, o governo federal mantinha 11.565 leitos habilitados, enquanto agora, no pico da segunda onda da pandemia, mantém 3.372 leitos.

Os números foram obtidos pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), a partir de portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

O G1 analisa que essa queda foi progressiva. Por exemplo, em dezembro, o Ministério da Saúde financiava o custo de 60% dos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS). Em janeiro, passou para 30% e, em fevereiro, apenas 15%. Com isso, o presidente do Conass, secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, avaliou que o orçamento da pasta para 2021 não levou em conta a pandemia.

À publicação, ele disse que os estados têm aumentado a quantidade de leitos por conta própria. "Mas é falso dizer que os estados estão confortáveis para fazer essa expansão de novo. É preciso um novo orçamento de guerra pra saúde", defende Lula.

De acordo com ele, nos próximos meses, o ministério deve financiar cerca de 7 mil leitos de UTI. Eles se referem a uma portaria publicada na última terça-feira (2), que prevê repasses retroativos à manutenção de leitos de UTI referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 09/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 09 de Março de 2021 - 00:00

Bahia é segundo estado do país com maior cobertura proporcional do auxílio emergencial

por Matheus Caldas



Proporcionalmente, a Bahia é o segundo estado do Brasil no qual mais pessoas receberam o auxílio emergencial do governo federal durante a pandemia. A informação está contida no terceiro volume da série "De Olho na Cidadania". A obra, intitulada "Perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial pela Covid-19: quem são e onde estão?" foi publicada nesta segunda-feira (8) pelo Ministério da Cidadania.

Segundo o estudo, realizado Raquel Freitas e Marta Custódio, ambas da pasta federal, 38,8% dos baianos receberam o benefício de R\$ 600 fornecido pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Os dados se referem até o dia 14 de dezembro de 2020.

De acordo com o levantamento, a Bahia fica atrás apenas do Piauí, onde 39,9% foi favorecida com o auxílio. Fecha o "pódio" o Pará, com 38,1% da população total.

Ainda conforme o estudo, a Bahia, junto com São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco respondem por 50,7% do total de beneficiários das parcelas P1 do auxílio, o que corresponde a 34,4 milhões de pessoas.

Somente em território baiano, 5.798.240 pessoas receberam parcelas do P1 benefício, nos grupos I e II. Houve também outros 2.285.352 cidadãos da Bahia não inscritos no CadÚnico, outros 2.590.630 registrados no cadastro único e no Bolsa Família, além de 922.258 no CaDúnico, mas não no Bolsa.

PERFIL DOS MUNICÍPIOS

O estudo evidencia que, das 17 cidades no país em que há cobertura superior a 40% da população, há cinco somente na Bahia: Maetinga (73,44), Ribeirão do Largo (45,84), Potiraguá (41,98), Mulungu do Morro (40,52) e Sítio do Quinto (40,11). Maetinga, inclusive, tem o segundo maior percentual do Brasil. O município, situado no Sudoeste baiano, só perde para

Severiano Melo, no Rio Grande do Norte, onde 76,72% dos moradores receberam auxílio do governo.

Tabela 3: Os 17 municípios com cobertura superior a 40% da população local

UF	MUNICÍPIO	PESSOAS BENEFICIÁRIAS DO PBF E QUE RECEBERAM A PARCELA P1 DO AUXÍLIO EMERGENCIAL			POPULAÇÃO ESTIMADA EM 2020 (B)	% DA POPULAÇÃO (A/B)
		VALOR DE R\$ 600	VALOR DE R\$ 1.200	TOTAL (A)		
RN	Severiano Melo	1392	210	1602	2.088	76,72
BA	Maetinga	1871	159	2030	2.764	73,44
AM	Japurá	1161	322	1483	2.251	65,88
GO	Campos Verdes	663	369	1032	1.830	56,39
PA	Jacareacanga	3320	696	4016	7.590	52,91
PE	Cumaru	3959	1151	5110	10.192	50,14
RN	Japi	1904	399	2303	4.995	46,11
BA	Ribeirão do Largo	1984	465	2449	5.343	45,84
MA	Serrano do Maranhão	3381	1032	4413	10.299	42,85
MA	Luis Domingues	2506	472	2978	6.984	42,64
PA	Senador José Porfírio	3615	1237	4852	11.480	42,26
BA	Potiraguá	1895	1008	2903	6.916	41,98
PI	Pavussu	1300	226	1526	3.669	41,59
BA	Mulungu do Morro	3530	795	4325	10.673	40,52
PA	Prainha	10293	1727	12020	29.846	40,27
AP	Itaubal	1777	482	2259	5.617	40,22
BA	Sítio do Quinto	3170	721	3891	9.701	40,11

Fonte: Ministério da Cidadania (AE Ref: 14/12/2020). IBGE (Pop. Estimada Ref.: IBGE 2020). Elaboração: MC/SE/SAGI/DM.

Cinco cidades baianas estão entre as mais beneficiadas pelo auxílio

REINÍCIO DO BENEFÍCIO

O auxílio emergencial teve fim no último dia de 2020. O programa, que concedia, ao menos, R\$ 600 a pessoas afetadas pela crise da pandemia da Covid-19, deve retornar. No entanto, o valor deve variar entre R\$ 175 e R\$ 375, de acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes ([leia mais aqui](#)).

Para o ministro da Cidadania, João Roma, o levantamento pode embasar o governo federal em futuros programas de benefício social. "Sem dúvidas, estamos diante de um estudo muito qualificado e amplo, que nos permite conduzir novas políticas públicas. As autoras realizaram um grande trabalho", pontuou.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 08/03/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 08 de Março de 2021 - 21:20

União pagou R\$ 1,35 bilhão de dívidas de estados em fevereiro

O Tesouro Nacional pagou, em fevereiro, R\$ 1,354 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 907,2 milhões, é relativa a atrasos de pagamentos de Minas Gerais. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 267,25 milhões de Goiás e de R\$ 150,86 milhões do estado do Rio de Janeiro.

A União também cobriu dívidas de R\$ 16,55 milhões do Amapá e de R\$ 11,77 milhões do Rio Grande do Norte, segundo a Agência Brasil.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado hoje (8) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Nos dois primeiros meses do ano, a União quitou R\$ 1,69 bilhão de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 1,058 bilhão coube a Minas Gerais; R\$ 346,04 milhões a Goiás; R\$ 230,11 milhões ao Rio de Janeiro; R\$ 32,88 milhões ao Amapá e R\$ 23,44 milhões ao Rio Grande do Norte.

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro diminuiu de 15 para cinco. No fim de 2020, além dos cinco estados acima, Mato Grosso, Roraima, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Tocantins e Maranhão tiveram garantias honradas pela União.

Em relação aos municípios, o Tesouro não cobriu débitos atrasados de prefeituras neste ano. No ano passado, a União honrou R\$ 66,23 milhões de garantias de oito municípios, dos quais duas capitais, Natal e Goiânia. As demais prefeituras que receberam ajuda do Tesouro foram Chapecó (SC), Cachoeirinha (RS), Belford Roxo (RJ), Novo Hamburgo (RS), Rio Grande (RS) e São Bernardo do Campo (SP).

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos três anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas por causa de liminares concedidas pelo STF.

No início da pandemia da covid-19, o STF concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. No fim de dezembro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal.

O socorro aos estados e aos municípios afetados pela pandemia suspendeu o pagamento de dívidas dos governos locais com a União no total de R\$ 35,35 bilhões de junho a dezembro do ano passado. O pacote também permitiu a renegociação de débitos de prefeituras e de governos estaduais com bancos públicos e organismos internacionais no total de R\$ 24,71 bilhões. No entanto, a lei só foi sancionada no fim de maio de 2020, o que pressionou o Tesouro a honrar as garantias dos entes locais nesse período.

Veículo: Metro1	
Data: 08/03/21	

Metro1

Economia

Petrobras anuncia novo reajuste de gasolina e diesel; aumentos passam de 5%

Segundo a companhia, o reajuste reflete as elevações do dólar e do petróleo Brent



Por **Juliana Rodrigues** no dia 08 de Março de 2021 · 12:41

A Petrobras definiu hoje (8) novos preços para a gasolina e o diesel nas refinarias. O aumento será de 8,8% para a gasolina e 5,5% para o diesel. Segundo a companhia, o reajuste reflete as elevações do dólar, cotado às 12h de hoje a R\$ 5,73, e do petróleo Brent, que chegou a valer US\$ 70.

Em valores nominais, a gasolina encarece R\$ 0,23 por litro, chegando a R\$ 2,84 por litro, e o diesel avança R\$ 0,15, chegando ao nível de R\$ 2,86 por litro.

A gasolina já aumentou 54% desde o início do ano, e o diesel 41,5%. Esta foi a sexta alta nos preços dos combustíveis.

Veículo: Varela Notícias	
Data: 09/03/21	



09/03/21 às 08h00 - Atualizado em 09/03/21 às 08h01

Preços de gasolina e diesel sobem hoje nas refinarias

Os valores cobrados nas refinarias dependem dos preços e oferta no mercado internacional e da taxa de câmbio



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Agência Brasil

Os preços da gasolina e do óleo diesel ficam mais caros a partir de hoje (9) para as distribuidoras que forem comprar os combustíveis nas refinarias da Petrobras. A gasolina ficou 8,8% mais cara, ou seja, o preço do litro subiu R\$ 0,23 e passou a custar R\$ 2,84.

Já o preço do litro do óleo diesel subiu 5,2%, ou R\$ 0,15, e passou a custar R\$ 2,86, de acordo com informações divulgadas nessa segunda-feira (8) pela Petrobras. A estatal lembra que o preço da gasolina e do diesel vendidos nos postos para o consumidor final é diferente daquele cobrado nas refinarias.

O preço final inclui tributos, custos para aquisição, mistura obrigatória de biocombustíveis e margem de lucro das distribuidoras e dos postos de combustível.

Os valores cobrados nas refinarias dependem dos preços e oferta no mercado internacional e da taxa de câmbio.

SOM-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA AMBULATORIAL MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE MOGI DAS CRUZES...

DECLARAÇÃO DE PROPOSITO MYUN JAY YIM, portador do Passaporte Coreano número MB395077, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Interno...

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA CENTRAL DE AQUISIÇÕES E CONTRATACIONES - CECAC COMUNICADO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2021

ESAB

EDITAL DE Nº 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FUNDIÁRIA 1º RÚTIMO LEILÃO Nº 08/05/2021 Público Leilão Nº 08/05/2021 às 14h00

ASSINE A FOLHA www.folha.com/assine

COMISSÃO DE TRANSITO, TRANSPORTES E ATIVIDADE ECONÔMICA

- 1) PL 282/2019 - Autor: Ver. SANDRA TADEU IDEM - CONCEDE ISENTAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE OBTENÇÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS...

SOPO SEGUROS S.A. CNPJ nº 07.335.499/0001-48. AVISO AOS ACIONISTAS

Soopo Seguros S.A. (SoopoSeg) comunica a seus acionistas que foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de março de 2021 e supra a homologação pela Superintendência de Seguros Privados...

mercado

Brecha na PEC pode deixar incentivos tributários intocados

Trecho não obriga o governo a adotar redução de benefício nem prevê sanções

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA - Uma brecha na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial pode tornar sem efeito o trecho que prevê cortes de benefícios tributários, deixando intocados os incentivos existentes hoje na legislação.

mas no mesmo sentido, o que dependerá, naturalmente, de詹duza político, disse o consultor de Orçamentos do Senado Vinícius Amaral. Responsável pela elaboração da medida, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), não respondeu aos contatos da reportagem. O Ministério da Economia também não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

Na Câmara, deputados tentam excluir dos efeitos de ajuste fiscais e outros profissionais da área. Na Câmara, deputados tentam excluir dos efeitos de ajuste fiscais e outros profissionais da área.

Aprovada na última semana pelo Senado, a medida deve ser posta em votação na Câmara até esta quarta-feira (10), segundo cronograma do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Os parâmetros estabelecidos na PEC são considerados duros. Para efetivar os cortes propostos, o governo teria de reduzir à metade os incentivos existentes hoje, que estão pouco acima de 4% do PIB.

Nesta segunda (8), o presidente Jair Bolsonaro disse que a bancada da segurança pública, com cerca de 50 parlamentares, quer mudanças no texto da proposta. O presidente disse que conversou com o relator do texto e que há risco de a PEC não ser aprovada se os artigos do texto não fossem alterados.

A única obrigação do governo, porém, é que a proposta seja elaborada e entregue ao Legislativo. Não há determinação de que esses benefícios sejam de fato cortados.

É problema, segundo técnicos, é que a PEC traz exceções que correspondem a aproximadamente 2% do PIB. Seriam poupados os Simples Nacional, entidades sem fins lucrativos, incentivos a produtores de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a Zona Franca de Manaus, itens da cesta básica e bolsas de estudo.

O deputado Capitão Augusto (PL-SP), da frente parlamentar de segurança pública, apresentou emenda aditiva para retirar polícias federais, civis, militares, bombeiros e agentes penais de todos os entes federados das medidas de ajuste fiscal previstas na PEC, como proibição de aumento ou realização de concurso público por estados e municípios endividados.

A proposta original apresentada pelo governo em 2019 definiu que, a partir de 2026, a criação e a renovação de incentivos fiscais ficariam proibidas caso o total de gastos tributários estivesse acima de 2% do PIB.

Portanto, para conseguir reduzir essa conta ao limite de 2% do PIB, o governo teria que cortar a outra metade dos benefícios. Nessa lista estão, por exemplo, as isenções e deduções do Imposto de Renda, incentivos a medicamentos, isenção tributária da poupança e benefícios ao setor de informática.

Um líder de partido do centro afirma que, se excluir policiais dos efeitos da PEC, outras categorias farão pressão para saírem, como profissionais de saúde e professores, por exemplo. A articulação que está ocorrendo na Câmara é no sentido de manter o acordo sobre o texto que saiu do Senado, sem qualquer modificação que possa atrair a tramitação da proposta.

Força Sindical completa 30 anos em cenário de alta do desemprego e redução de filiados

Catia Seabra e Fernanda Brigatti

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO - Segunda maior central sindical do país, a Força Sindical chegou aos 30 anos nesta segunda (8) em meio ao encolhimento do poder dos sindicatos e ao avanço do desemprego—19,4 milhões de brasileiros começaram a buscar ocupações, segundo dados do IBGE.

Em 2017, a Força recebeu quase R\$ 3 milhões. No ano seguinte, a reforma, as contribuições caíram a R\$ 4,7 milhões.

Trabalhadores) e fortalecimento de outros movimentos à esquerda. Seu embrião foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Reforma trabalhista trouxe um baque duplo à capacidade de manutenção das entidades sindicais. O primeiro, no financiamento, ao acabar com o imposto sindical, que transferia cifras milionárias descontadas das folhas sala-

ria, independentemente de os trabalhadores serem ou não filiados. Em 2017, a Força recebeu quase R\$ 3 milhões. No ano seguinte, a reforma, as contribuições caíram a R\$ 4,7 milhões.

Na mensagem, Lula recomendou que o presidente da central, Miguel Torres, não tenha problema em radicalizar na defesa dos trabalhadores. "Se a gente não radicalizar, eles vão tirar todos os direitos dos trabalhadores como Temer e Bolsonaro já tiraram", afirmou o peista.

Acua Construtora Ltda. CNPJ 12.542.403/0001-48. Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 29.02.2021

Acua Construtora Ltda. CNPJ 12.542.403/0001-48. Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 08.02.2021

Acua Construtora Ltda. CNPJ 12.542.403/0001-48. Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 08.02.2021

Gastos tributários do governo federal*

Table with 2 columns: Category and Value. Includes items like Simple Nacional (R\$ 67,2 bilhões), Rendimentos isentos do IR (R\$ 32,1 bilhões), Agricultura e agroindústria (R\$ 30,2 bilhões), Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio (R\$ 2,7 bilhões), Entidades sem fins lucrativos (R\$ 24,3 bilhões), Deduções do IR (R\$ 20,1 bilhões), Benefícios do trabalhador (R\$ 12,5 bilhões), Desoneração da folha de salários (R\$ 9,6 bilhões), Equipamentos e medicamentos médicos (R\$ 9,4 bilhões).

*Valor nominal em 2019

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data:09/03/2021	Caderno: Economia



Municípios e Estados dão aumento ilegal para funcionalismo em meio à pandemia

Segundo Economia, 54 municípios além de 6 Estados e o DF deram reajuste, bônus ou gratificação a seus servidores ou à cúpula do Executivo e Legislativo, mesmo proibidos por legislação que garantiu socorro federal em 2020

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

09 de março de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O **Ministério da Economia** mapeou que 54 municípios, 6 Estados e o **Distrito Federal** autorizaram algum tipo de reajuste, bônus ou gratificação a seus servidores ou à cúpula do **Executivo** e **Legislativo**, mesmo estando impedidos pela lei que garantiu o socorro federal no ano passado para enfrentar a pandemia do **novo coronavírus**.

Ao todo, segundo o ministério, são 99 possíveis violações praticadas por governadores, prefeitos e assembleias, incluindo nomeações para novos cargos, que também contrariam as vedações incluídas na lei complementar 173. Em alguns municípios e Estados, há mais de uma violação.

Em nota técnica, a equipe do ministro, **Paulo Guedes**, pede à **Advocacia-Geral da União** e à **Controladoria-Geral da União** que verifiquem a fidedignidade das informações coletadas. O levantamento tem servido de base para defesa do governo nas ações que tramitam no **Supremo Tribunal Federal (STF)** contra a lei aprovada após uma queda de braço do ministro Paulo Guedes para garantir o congelamento e outras medidas de ajuste, como vedação a concursos, medidas consideradas contrapartidas ao aumento de gastos por conta da pandemia.

O governo já conseguiu uma primeira vitória com voto favorável do ministro-relator, **Alexandre de Moraes**, em julgamento que reúne ações que tramitam em conjunto contra a lei do ano passado, que prevê o congelamento não só dos salários, mas também de todos os gastos de pessoal. O julgamento pelo plenário virtual começou na sexta-feira e se estende até as 23h59m do próximo dia 12.

A contratação de pessoal só é permitida para repor cargos vagos até o fim de 2021. Também foram proibidas medidas que elevem a despesa obrigatória acima da inflação, exceto nos casos de aumento de gastos para ações diretamente ligadas ao combate dos efeitos da pandemia.

Mas Executivo e demais Poderes locais vêm arrumando um “jeitinho” para fugir do que determina a lei, como revelou reportagem do Estadão publicada em fevereiro. Agora, o ministério traça mapa atualizado que inclui também os municípios.

Para o secretário do **Tesouro, Bruno Funchal**, o voto do ministro Alexandre de Moraes preserva a vedação a aumentos e progressões e, por isso, representa um marco importante no fortalecimento do controle das despesas obrigatórias promovido pela lei. “Este é o espírito dessa lei: neste momento em que os esforços e os recursos precisam estar direcionados para o enfrentamento à pandemia, não há espaço para aumentos salariais”, diz Funchal ao **Estadão**.



Segundo ele, diversas tentativas de aumentos salariais, burlando a legislação, vêm ocorrendo, trazendo risco de desidratação desse arcabouço legal e prejudicando a

gestão pública: “O posicionamento do ministro Moraes significa um importante ganho institucional”.

Há casos desde reajuste de salários de prefeitos e vereadores, nomeação com menos de 180 dias para o término de mandato eletivo, alteração da estrutura administrativa de órgão (com criação de cargos), contratação temporária de servidores (não exclusivamente ligados à área da saúde), reajuste de salários dos servidores públicos como um todo, ou para categorias ou cargos específicos.

Também há revisão anual da remuneração dos servidores públicos (data-base) e incorporação de gratificação aos vencimentos de servidores públicos.

A pesquisa foi feita pela **Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios do Tesouro**. Como exemplos, os técnicos citam a cidade de **São Paulo**, que aprovou, em dezembro de 2020, lei que elevou a remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais, a partir de 2022.

Na mesma linha, **Manaus** e o **Estado do Amazonas**, aprovaram dispositivos legais que estabeleceram, respectivamente, o aumento da remuneração do prefeito e dos vereadores e a criação de cargos em comissão na Assembleia Legislativa.

Transporte sobre trilhos no Rio alega prejuízos de R\$ 1 bilhão na pandemia

Metrô pedirá subsídio do estado para garantir reajuste anual integral da tarifa, que pode passar de R\$ 5 para R\$ 6,30

Rafael Galido
rafael.galido@o Globo.com.br

A população, grande parte já com o orçamento apertado devido à pandemia, terá que arcar com mais um aumento que doará no bolso: o da passagem do metrô. O bilhete pode subir de R\$ 5 para R\$ 6,30 (já a partir de abril se forem cumpridos parâmetros da concessão, com cálculos de reajuste baseados no IGP-M, cujo salto foi de 25,71%, entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021. Como antecipou ontem o blog Capital, do GLOBO, o Metrô Rio vai propor que o governo do Rio subsidie parte dessa tarifa com recursos do Fundo Estadual de Transportes (FET). Seria uma tentativa de garantir um reajuste anual integral, num momento em qual serviços de metrô e trens estimam prejuízos de R\$ 1 bilhão frente

ao efeito cascata do coronavírus, que reduziu a demanda nos modais.

"Esta é a maior crise da história do transporte e não há perspectivas de aumento no volume de passageiros no curto prazo, por conta do agravamento da pandemia", diz o Metrô Rio em nota, afirmando que, caso o governo pretenda aplicar um reajuste inferior à previsão contratual, entende que a compensação por meio de subsídio seria a forma de manter a operação viável.

O governo do estado, por sua vez, não detalha se o FET poderia ser usado. Mas diz que iniciou as tratativas com o metrô "Além de um valor mais adequado ao atual cenário socioeconômico, o objetivo dessa negociação é garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato", ressalta a Secretaria estadual de Transportes.

Mês passado, nos debates

para o aumento das passagens de trens, também baseado no IGP-M, a SuperVia esperava que os bilhetes fossem de R\$ 4,70 para R\$ 5,90. Mas o valor fechado com o estado ficou de R\$ 5, cobrado nas catracas desde 23 de fevereiro. No metrô, os ritmos lançados como argumento para não abrir mão da correção vêm de perdas na ordem de R\$ 600 milhões desde o início da pandemia, com a quantidade de passageiros transportados (cerca de 400 mil por dia) ainda 55% abaixo do que se registrava antes.

A sugestão da empresa é que o estado recorra a sobras de FET (criado em 2009 para custear o Bilhete Único Intermunicipal). O governo deposita ali parte de seu orçamento para subsidiar as passagens de usuários com renda mensal de até R\$ 6.101,06. Com o Bilhete Único, é permitido que o passageiro utilize até dois transportes públicos, um



Metrô. O metrô tem reajuste de tarifa previsto para abril; concessionária alega que perdeu 55% dos passageiros

deles obrigatoriamente intermunicipal, no período de três horas, por no máximo R\$ 8,55. Caso as tarifas ultrapassem esse valor, a diferença é paga pelo governo.

Como menos gente teria usado esse benefício no último ano, o estado teria deixado de gastar aproximadamente R\$ 200 milhões. Segundo o presidente do Metrô Rio, Guilherme Ramalho, em entrevista ao blog Capital, o subsídio por meio de fundo não oneraria a caixa estadual e poderia ser usado também em outros modais. No caso do metrô, que prevê transportar 130

milhões de passageiros este ano, o governo pagaria R\$ 130 milhões se quisesse, por exemplo, subsidiar R\$ 1 de cada bilhete. Nesse caso, o cidadão pagaria R\$ 5,30, em vez dos R\$ 6,30 previstos a partir de abril.

— A passagem do metrô já é um peso enorme nas minhas costas, ainda mais agora que a quantidade de linhas que faço diminuiu. Se aumentar esse tanto, não sei mais o que vou coar nas compras de casa — reclama a diarista Fátima de Souza, que costuma atravessar a cidade sobre os trilhos, da Zona Norte, onde mora, à Zo-

na Sul, onde trabalha, quase diariamente. — Mesmo com menos passageiros, os vagões continuam cheios. Distanciamento social não existe para quem pega o transporte na hora do rush.

Nos trens, para que a passagem ficasse abaixo do valor previsto, governo e SuperVia chegaram a um acordo para um termo aditivo ao contrato de concessão. Ne sistema ferroviário, os prejuízos são calculados em R\$ 446,1 milhões na pandemia, resultado da redução de mais de 82 milhões de passageiros no período, de acordo com a empresa. Atualmente, a quantidade de usuários nos ramais que cortam a Região Metropolitana decer de 320 mil por dia, oscilando entre 40% e 50% abaixo do que havia antes.

"A expectativa inicial era que a recuperação completa de clientes se daria no segundo semestre de 2021. Mas a crise econômica do país e o aprofundamento da crise no Rio alteraram a previsão da retomada para o fim de 2022 ou início de 2023", diz a SuperVia.

MAIOR QUEDA NAS BARCAS

Em novembro, a SuperVia chegou a desativar 30 trens e divulgar uma nova grade de horários, ampliando os intervalos e reduzindo o número de viagens em todos os ramais.

Enquanto isso, nas barcas, novos valores de passagens começaram a valer em 12 de fevereiro. As tarifas passaram de R\$ 6,50 para R\$ 6,90 nas linhas sociais. No modal, a queda de demanda é ainda mais aguda que nos trens e no metrô: está em 72%, com média diária de 20 mil passageiros, contra cerca de 80 mil antes da Covid-19, segundo a CCR Barcas, que não fechou o balanço das perdas financeiras na pandemia. Nesse período, as saídas das embarcações sofreram alterações nos horários e, em cumprimento de um decreto do estado, a linha Charitas não está funcionando.

"Em que pese esse cenário, a CCR Barcas segue cumprindo e respeitando os contratos", afirma em nota.

Na última quinta-feira, o secretário estadual de Transportes, Delmo Pinho, chegou a participar de uma reunião representantes do Ministério Público estadual e da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), para discutir o panorama do sistema de transporte aquaviário no Rio. Na ocasião, Pinho ressaltou que não houve recuperação da demanda nos transportes.

A crise no setor já se arrasta desde o auge da pandemia. As concessionárias estavam à espera de um socorro federal ao setor, que acabou não se concretizando.

Supermercados GUANABARA
Tudo por você!

MAIS BARATAS
Mais Saudáveis
Mais Práticas

Promoção válida para os produtos acima nesta terça, 09/03/2021, enquanto durarem os nossos estoques.

PEC PARALELA

PARA DESTRAVAR AUXÍLIO

Bolsonaro admite fatar proposta para preservar policiais do ajuste fiscal

JULIA LINDNER, GERALDA DOCA
E MANOEL VENTURA
scoron@globo.com.br
e-mail

Preocupado pela chamada bancada da bala, o presidente Jair Bolsonaro admitiu ontem a possibilidade de fatar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que destrava o pagamento do auxílio emergencial para preservar policiais e outros profissionais de segurança de medidas de ajuste fiscal previstas no projeto, como o congelamento de salários. Segundo Bolsonaro, a concessão é necessária para que a matéria não seja rejeitada na Câmara dos Deputados. A estratégia traçada com o relator do texto, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), permitiria retirar pontos sensíveis sem forçar uma nova análise do Senado, onde a proposta foi aprovada semana passada, o que atrasaria a liberação do benefício. Para analistas, as negociações correm o risco de abrir brechas para outras rodadas de flexibilização.

— A PEC ideal é aquela que vai ser aprovada pela Câmara. E tinha problemas ali na Câmara. Eu sou presidente, não devo interferir. Mas conversei com o relator, com o (presidente da Câmara) Arthur Lira (PP-AL). A bancada da segurança, que tem mais ou menos 50 parlamentares, queria mudanças. Da minha parte, falei com o relator que ele poderia correr o risco de não conseguir aprovar se não mesasse em três artigos — afirmou Bolsonaro, em entrevista na entrada do Palácio da Alvorada.

Como O GLOBO revelou ontem, deputados bolsonaristas trabalharam ao longo de todo o fim de semana para relaxar efeitos fiscais da proposta e poupar policiais das mudanças. O texto, no entanto, não cita nenhuma categoria. Assim, alterar a redação para especificar que as medidas de ajuste não afetarão as forças de segurança faria com que o texto voltasse ao Senado.

Para evitar esse atraso, o caminho articulado é tirar da proposta todas as citações a



Congresso. Para evitar atraso, o caminho articulado é tirar da PEC Emergencial todas as citações a proibição de aumento de salários em momentos de crise

proibição de aumento de salários em momentos de crise. Na prática, isso reduziria o potencial de controle de gastos previstos na PEC. Além disso, deputados defendem excluir a determinação para reduzir o total dos benefícios fiscais, que deveriam ser cortados de cerca de 4% do PIB hoje e para 2% em oito anos.

Também está em estudo retirar a revogação da Lei Kandir, que compensa perdas para estados exportadores. A equipe econômica defende a aprovação do texto conforme aprovada pelo Senado.

RISCO ÀS REFORMAS

Ao comentar o plano, Bolsonaro citou que seriam suprimidos três artigos da proposta, sem citar quais. Segundo ele, seria criada uma PEC paralela — ou seja, uma nova proposta com trechos excluídos do texto principal.

— Vale lembrar que essas emendas supressivas não voltam ao Senado. Essas

Q “Eu sou presidente, não devo interferir. Mas conversei com o relator, com o (presidente da Câmara) Arthur Lira... A bancada da segurança, que tem mais ou menos 50 parlamentares, queria mudanças. Da minha parte, falei com o relator que ele poderia correr o risco de não conseguir aprovar se não mesasse em três artigos”

Jair Bolsonaro, presidente

três ficam de fora, e pode ser criada uma PEC paralela e tramitar normalmente como outra PEC qualquer — explicou.

Nos bastidores, técnicos legislativos afirmam que es-

sa proposta poderia conter as mudanças defendidas pela bancada da bala e poderia ser votada após a promulgação da proposta principal.

O novo aceno de Bolsonaro a uma categoria de apoiadores indica que o governo fica mais suscetível a pressões que podem inviabilizar as reformas econômicas mais à frente, segundo analistas.

— O grande problema dessas concessões, além de elas atrasarem a tramitação de outros pontos importantes, é que também fazem com que o governo fique cada vez mais vulnerável. Começa a ficar mais difícil fazer políticas que tenham efetividade dentro do governo, porque a gente sabe que, na primeira pressão, Bolsonaro cede e faz o que os grupos de interesse querem — afirma a professora de economia de Insper Juliana Inhaiz.

Para a economista-chefe da Reag Investimentos, Si-

meo ne Pasianotte, a medida deve ter efeitos no mercado financeiro:

— Se a gente já vê a Bolsa tropeçando aí pelas mais diversos fatores, esse tipo de atitude não ajuda, deixa o mercado mais volátil e mostra que a agenda liberal do Bolsonaro está muito comprometida com atitudes bastantes populistas.

A votação da proposta na Câmara está prevista para amanhã. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou aliados no domingo que pode até aceitar um acordo pela alteração, desde que não haja uma desfiguração completa da proposta original.

Apesar das declarações de Bolsonaro, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que vai trabalhar para manter o texto da PEC aprovado pelo Senado. Ele admitiu que várias corporações estão fazendo pressão junto aos

deputados para ficarem de fora das amarras fiscais da proposta, como policiais, próximos a Bolsonaro, e auditores da Receita Federal, mas considerou esses movimentos legítimos.

— Não podemos impedir que eles façam isso, mas eu vou trabalhar para manter o texto do Senado — comentou Barros, ao ser indagado sobre as declarações do presidente.

NOVO CRONOGRAMA

Barros disse ainda que o assunto será discutido na reunião de líderes, marcada para hoje de manhã. O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), também afirmou a estratégia é manter o texto do Senado:

— Essa é a nossa luta. Por isso, vamos levar a proposta direto para o plenário da Câmara.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), lembrou que Bolsonaro está repetindo o que fez na reta final da reforma da Previdência, quando quis deixar de fora das mudanças os profissionais da área de segurança.

— Isso é agir contra a responsabilidade fiscal. Criar exceções é perigoso, porque pode abrir a porteira para outras corporações. Se mudar na Câmara, vai mudar no Senado. Temos que ter juízo e aprovar o texto aprovado pelo Senado — disse o parlamentar, que presidiu a comissão especial da reforma da Previdência.

Caso haja mudanças na Câmara e retorno do texto ao Senado, o cronograma de pagamento do auxílio emergencial deve mudar. Hoje, o plano é iniciar os repasses para beneficiários do Bolsa Família no dia 18 de março e pagar aos demais trabalhadores na última semana do mês. Com o eventual atraso, essa ordem seria invertida; o pagamento começaria no fim de mês para quem não faz parte do programa social, e os inscritos no Bolsa Família receberiam o auxílio a partir da segunda quinzena de abril.

Valores serão de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 375, diz Guedes

Quanta vai depender da situação da família. Mães solo receberão mais

MANOEL VENTURA
E DANIEL GULLINO
scoron@globo.com.br
e-mail

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem os valores do auxílio emergencial que será pago este ano. De acordo com o ministro, a quarta vai depender da

situação da família. Em média, o valor será de R\$ 250. Mães solo receberão R\$ 375; homens que moram sozinhos, R\$ 175; e casais, R\$ 250. O ministro não esclareceu, porém, os casos de casais com filhos.

— Esse é um valor médio (R\$ 250), porque, se for uma família monoparental

dirigida por uma mulher, são R\$ 375. Se for um homem sozinho, são R\$ 175. Se for um casal, os dois, aí já são R\$ 250. Nós só fornecemos os parâmetros. A decisão da amplitude é de Ministério da Cidadania — disse Guedes, no Palácio do Planalto, sem entrar em

maiores detalhes.

O governo deve pagar pelo menos quatro parcelas. A expectativa é começar a transferência dos recursos ainda neste mês. Mas, para isso, é necessário que o Congresso aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que destrava o pagamento de benefício.

DETALHES EM MP

O Senado já aprovou a proposta, e a Câmara deve analisar o texto nesta semana. A proposta não estabelece valor do pagamento, mas fixa um limite de R\$ 44 bilhões para os gastos totais

com o benefício.

Os detalhes constarão de uma medida provisória (MP) a ser editada assim que a PEC for promulgada pelo Congresso. O Ministério da Cidadania publicará uma portaria no Diário Oficial da União com os detalhes do cronograma de pagamento.

Nessa nova rodada, deverão ser mantidos os mesmos critérios de renda para acessar o auxílio, de meio salário mínimo por pessoa da família (R\$ 550) e de até três salários mínimos (R\$ 3,3 mil). Os dois requisitos serão aplicados de forma conjunta, ou seja, uma família

de apenas três pessoas com renda de até três pisos não poderá ser beneficiada.

Além disso, não terão direito ao auxílio pessoas que recebem algum tipo de benefício do governo, como aposentadoria, pensão, benefício de prestação continuada (BPC) e seguro-desemprego, além de trabalhadores com carteira assinada, servidores públicos e militares.

No ano passado, o governo pagou cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300 a um custo de cerca de R\$ 300 bilhões. O benefício foi pago entre maio e dezembro

Com novo reajuste, gasolina sobe 54,3% no ano

Petrobras anuncia sexto aumento no preço do combustível na refinaria e o quinto para o diesel antes da troca no comando da petroleira. Governo indica três nomes para o conselho da estatal, que deve passar a ter duas mulheres

BRENO ROSA
brenorosa@globo.com.br

A Petrobras anunciou ontem novo reajuste nos preços dos combustíveis na refinaria. A partir de hoje, o valor médio da gasolina sobe cerca de 9%, para R\$ 2,84. É o sexto avanço no ano. Desde janeiro, o aumento chega a 54,3%. Movimento similar ocorreu no diesel, com alta de 5,5% anunciada ontem, para R\$ 2,86, acumulando alta de 41,5% ao longo de cinco reajustes desde janeiro.

Ainda não está claro qual será o impacto para o consumidor final, pois o preço cobrado nas bombas é influenciado por impostos, margem da Petrobras e dos revendedores. Além disso, em um cenário de crise, não se sabe se os postos terão espaço para repassar o reajuste integralmente.

ANALISTAS VEEM DEFASAGEM
O novo aumento foi anunciado em meio à saída de Roberto Castello Branco da presidência da estatal. O executivo segue no comando até o dia 20. Em fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro criticou os reajustes em meio às pressões de caminhoneiros e nomeou o general Joaquim Silva e Luna para o comando da empresa. A medida foi vista por especialistas como um sinal de in-

NA MESA DE DECISÃO

INDICADO PARA PRESIDÊNCIA DA EMPRESA



Joaquim Silva e Luna
Nome de confiança de Bolsonaro, general e diretor-geral de Itaguá



Sonia Julia Sulzbeck Villalobos
Escritora em Administração Pública, é membro do Conselho de Administração da Telefônica e da LATAM

DE SAÍDA



Roberto Castello Branco
Presidente da estatal desde 2019, ele defende a política de preços da companhia

UMA VAGA EM ABERTO
Índice de pelo acionista controlador



7 Indicações de acionista controlador (governo)



Eduardo Bacellar Leal Ferreira
É o presidente do conselho eleito pelo acionista controlador. É almirante da esquadra da reserva

Rosângela Buzanelli Torres
Foi eleita conselheira em primeiro turno na eleição realizada pelos empregados



1 Eleitos pelos empregados



Ray Flaks Schneider
É engenheiro industrial mecânico e de produção pela PUC-RIO e oficial de reserva da Marinha

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
É sócio fundador do Leblon Equities, gestora de recursos focada em ações brasileiras



3 Eleitos pelos acionistas minoritários



Murilo Marroquim de Souza
Formado em Geologia, é presidente da Visa Consultoria de Petróleo. Atuou na Petrobras entre 1971 a 1994

Rodrigo de Mesquita Pereira
É bacharel em Direito e pós-graduado em gestão empresarial pela FGV




Márcio Andrade Weber
Engenheiro civil, trabalhou na Petrobras por 16 anos. Foi presidente da BOS no cargo e diretor da Petroserv. Atuou anteriormente no grupo PIM

Leonardo Pietro Antorelli*
É advogado, sócio-fundador do escritório Antorelli Advogados e mestre em Direito Econômico pela UCAm



terferência, derrubou o valor das ações da empresa na Bolsa e fez parte dos integrantes do Conselho de Administração da estatal pedir para sair. Mas, segundo especialistas, apesar dos reajustes já anunciados, a tendência ainda é de aumento nos preços. Cristiano Costa, analista da consultoria J Global Energy, destaca que o petróleo era negociado ontem acima de US\$ 70.

— A demanda global está voltando. Os preços no Brasil ainda estão defasados. Segundo dados da Abicom, associação que reúne as importadoras de combustíveis, a diferença dos preços continua. Segundo Sergio Araujo, presidente da Abicom, a defasagem é de 2% (R\$ 0,05 por litro) na gasolina e de 3% (R\$ 0,10) no diesel. De acordo com a Petrobras, "o alinhamento dos preços ao mercado internacional é fun-

damental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido, sem riscos de desabastecimento". Após a renúncia de quatro conselheiros indicados pelo governo, a União indicou ontem novos nomes para o conselho da estatal. Além de Joaquim Silva e Luna que já foi sugerido para o cargo de presidente da empresa e membro do conselho no lugar de Castello Branco, foram apontados

Márcio Andrade Weber e Murilo Marroquim de Souza. Os dois atuam como consultores e já tiveram passagens na petroleira. Sonia Julia Sulzbeck Villalobos, conselheira da Telefônica, já foi integrante do conselho da estatal até a chegada de Castello Branco. Com a indicação, o conselho poderá ter duas mulheres, pois já contava com Rosângela Torres, indicada pelos empregados. O governo manteve Eduar-

do Bacellar como presidente do conselho e Ray Schneider, que já tem um assento. Todos os nomes deverão ser aprovados em assembleia extraordinária ainda sem data marcada para ocorrer. A União disse que pode realizar mais duas indicações ao conselho, em uma conta que considera a hipótese de Leonardo Antorelli não ter votos suficientes para a recondução ao cargo pelos minoritários.

TCU: governo perde receita com tributação de megacampos

Auditoria indica que empresas não elevam a produção para pagar menos

MANGEL VENTURA
mangelventura@folha.com.br

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que o governo federal, estados e municípios estão perdendo receitas por causa das alíquotas de participações especiais em megacampos de petróleo. As participações especiais são cobranças extras feitas para campos de óleo e

gas com alta produção no regime de concessão, que geraram arrecadação de R\$ 17,9 bilhões em 2020. Além disso, técnicos do TCU identificaram que empresas não elevam a produção para pagar menos. A auditoria será analisada pelos ministros do TCU, que podem determinar ou sugerir mudanças ao governo. O Brasil tem dois regimes de exploração de petróleo: partilha,

voltado para campos do pré-sal; e concessão, mais antigo, voltado para áreas fora da camada pré-sal. As participações especiais valem para campos no regime de concessão com alta produção de óleo e gás. Nesses casos, a auditoria do TCU obtida pelo GLOBO concluiu pela "inadequação" das alíquotas atuais de participação especial para apropriar ao Estado eventuais rendas extra-

ordinárias decorrentes desses campos. As alíquotas vão de 10% a 40%. São cobradas de acordo com a produção trimestral e foram estabelecidas em decreto de 1998, que trouxe os critérios para a cobrança. Naquele ano, o país produzia cerca de 5 milhões de metros cúbicos de óleo por mês. Hoje, o Campo de Tupi, no litoral do Rio, produz sozinho 5,5 milhões de metros cúbicos por mês, dizem os técnicos. "Essa situação de progressão de alíquotas destoante da realidade dos campos gigantes faz com que o país deixe de arrecadar parcela relevante da renda extraordinária gerada por esses campos", diz o texto. Os técnicos do TCU criticam a regra que estabeleceu

um limite fixo de produção para início do pagamento de participação especial. Os técnicos indicaram que a produção de vários campos (em terra e mar) se mantinha constante por anos, de modo a ficar abaixo da linha de corte que aciona o gatilho para a cobrança de participação especial. "Esse limite fixo atua como estímulo regulatório perverso, induzindo as concessões raras dos campos a não investir e elevar sua produção caso esteja próxima à primeira faixa de produção que se passa a incidir a participação especial, de modo a se manter abaixo desse limite", diz o TCU. O governo deduz uma série de custos das petroleiras antes de cobrar a participação. O

TCU avaliou que o mecanismo de apuração de gastos dedutíveis é "bastante complexo" e que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) não teria capacidade de fiscalização. Técnicos do TCU criticaram o valor do bônus cobrado nos leilões de campos do pré-sal, considerados altos. Para a área técnica do TCU, o valor elevado pode comprometer a competitividade dos leilões sob o regime, reduzir o resultado ou fazer a licitação fracassar. O Ministério de Minas e Energia disse que não comentaria o relatório. A pasta ressaltou que busca previsibilidade, transparência, competitividade e atração de investimentos, para elevar arrecadação, geração de emprego e renda.

IR 2021: saiba como fazer a declaração de redução de jornada e salário

Uma semana após o início do prazo para enviar as declarações do Imposto de Renda 2021 (ano-base 2020), a Receita Federal informou como devem ser feitas as declarações por quem recebeu compensação do governo pela redução

de salário e jornada ou suspensão do contrato de trabalho. Segundo a Receita, os valores recebidos como Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) são rendimentos tributáveis e devem ser declarados como tal na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de

Pessoa Jurídica". O contribuinte deverá informar como fonte pagadora o CNPJ de nº 00.394.460/0572-59. A medida provisória 936 permitiu a redução de jornada e salários em 25%, 50% ou 75% e a suspensão do contrato. A MP prevê complementação equivalente ao seguro-desemprego a

que o trabalhador teria direito, na proporcional da redução salarial. Quase 10 milhões tiveram salário reduzido. O dinheiro do BEm não foi pago pelos empregadores, e sim pelo governo. Por isso, o CNPJ informada é um número do governo. A MP do BEm definiu que o empregador pode, voluntaria-

mente, complementar o salário reduzido, para que não haja perda de renda. A ajuda extra, paga pelo empregador, é isenta. Deve ser informada na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis", no item 26- Outros com o CNPJ da fonte pagadora (empregadora). A Receita sugere que se a infor-

mação na descrição do texto "Ajuda Compensatória". Para saber quais valores foram pagos como benefício emergencial ou ajuda compensatória, o contribuinte deve acessar o aplicativo Carteira de Trabalho Digital, disponível nas principais lojas virtuais para celulares e tablets e no site do governo (<https://servicos.mte.gov.br/trabalhador>), e consultar o empregador. (Mangel Ventura)

União pagou R\$ 1,35 bilhão de dívidas de estados em fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Brasil

O Tesouro Nacional pagou, em fevereiro, R\$ 1,354 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 907,2 milhões, é relativa a atrasos de pagamentos de Minas Gerais. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 267,25 milhões de Goiás e de R\$ 150,86 milhões do estado do Rio de Janeiro.

A União também cobriu dívidas de R\$ 16,55 milhões do Amapá e de R\$ 11,77 milhões do Rio Grande do Norte.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado nesta segunda-feira (8/3) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença,

cobrando multa e juros.

Nos dois primeiros meses do ano, a União quitou R\$ 1,69 bilhão de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 1,058 bilhão coube a Minas Gerais; R\$ 346,04 milhões a Goiás; R\$ 230,11 milhões ao Rio de Janeiro; R\$ 32,88 milhões ao Amapá e R\$ 23,44 milhões ao Rio Grande do Norte.

Diminuição

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro diminuiu de 15 para cinco. No fim de 2020, além dos cinco estados acima, Mato Grosso, Roraima, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Tocantins e Maranhão tiveram garantias honradas pela União.

Em relação aos municípios, o Tesouro não cobriu débitos atrasados de prefeituras neste ano. No ano passado, a União honrou R\$ 66,23 milhões de garantias de oito municípios, dos quais duas capitais, Natal e Goiânia. As demais prefeituras que receberam ajuda do Tesouro foram Chapecó (SC), Cachoeirinha (RS), Belford Roxo (RJ), Novo Hamburgo (RS), Rio Grande (RS) e São Bernardo do Campo (SP).

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados - como receitas dos fundos de participação e **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período

entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Decisões judiciais

Nos últimos três anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas por causa de liminares concedidas pelo STF.

No início da pandemia da covid-19, o STF concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. No fim de dezembro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal.

O socorro aos estados e aos municípios afetados pela pandemia suspendeu o pagamento de dívidas dos governos locais com a União no total de R\$ 35,35 bilhões de junho a dezembro do ano passado. O pacote também permitiu a renegociação de débitos de prefeituras e de governos estaduais com bancos públicos e organismos internacionais no total de R\$ 24,71 bilhões. No entanto, a lei só foi sancionada no fim de maio de 2020, o que pressionou o Tesouro a honrar as garantias dos entes locais nesse período.

Política Plano Mansueto garante alívio de R\$ 217 bilhões a estados, diz governo

Economia União bancou R\$ 13,3 bilhões em dívidas de Estados e municípios

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Governo do RS prorroga vencimentos de ICMS para empresas afetadas pela pandemia



A data de vencimento do tributo para estabelecimentos do regime geral de tributação será adiada de 12 para 25 dos meses de março e abril. A exceção será para armazéns, mercearias, supermercados, minimercados e farmácias, que seguem em funcionamento na bandeira preta.

O governo estima que a medida cause impacto de R\$ 500 milhões no recolhimento do imposto.

E para empresas enquadradas no Simples Nacional, de qualquer setor, o estado ampliará em 30 dias o prazo para pagamento da Diferencial de Alíquota (Difal), o "imposto de fronteira", e da substituição tarifária.

O governo do RS divulgou, nesta segunda-feira (8), a prorrogação de prazos de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que beneficiará os setores mais afetados pela pandemia. Com o esgotamento da capacidade hospitalar e a alta nos casos e mortes no estado, o RS está em bandeira preta, que proíbe o funcionamento do comércio não essencial, entre outras atividades econômicas, até o dia 21 de março.

Os valores são recolhidos no dia 23 no segundo mês após o fato gerador. Com a mudança, o vencimento para para o terceiro mês. Por exemplo, quem gerou o tributo em janeiro passa a pagar a partir de 23 de abril. A partir de abril, a Difal será eliminada, devido à vigência da Reforma Tributária, aprovada no ano passado.

As alterações foram feitas por decretos, o que é previsto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). "O governo do Estado só consegue fazer essa dilatação para recolhimento de impostos graças aos ajustes do fluxo de caixa promovidos até aqui, algo que no passado não era possível", afirmou o governador, Eduardo Leite.

No caso dos pagamentos do principal do Simples, será preciso seguir a regulamentação nacional, permanecendo dia 20. Estima-se que essa medida envolva cerca de R\$ 100 milhões de ICMS.

O secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, salienta que a prorrogação do Simples vale para todos os setores porque o governo entende que "há uma

fragilidade econômica geral".

"Lembrando que 80% dessas empresas não pagam ICMS, porque existe o benefício chamado Simples Gaúcho, que foi mantido pela Reforma Tributária aprovada em dezembro, então aquelas que faturam até R\$ 360 mil não pagam ICMS", esclarece.

VÍDEOS: [Jornal do Almoço](#)

Assuntos e Palavras-Chave: [SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação](#)

Mitigar impacto econômico sem controlar pandemia não resolve, dizem economistas

Falhas no combate à covid-19 fazem os problemas retornarem agora, diz economista

Por Ana Conceição e Anaïs Fernandes — De São Paulo

09/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Paula Magalhães (com Natalie Victal, na tela menor): “Não estamos no mesmo lugar do ano passado” — Foto: Claudio Belli/Valor

Adotar novas medidas para combater o impacto da covid-19 na atividade não será suficiente para salvar a economia, que agora parte de uma situação pior que a do ano passado, se o problema de origem não for resolvido, afirmou ontem a economista Natalie Victal, da Garde Asset, durante Live do **Valor**. “Essa crise é extraordinária porque foi provocada por algo fora da economia. É uma crise

sanitária, humanitária. Mitigar só o impacto econômico não resolve. É fundamental controlar a causa da crise. Temos de controlar o vírus.”

Medidas tomadas em 2020 - auxílio emergencial, programas de manutenção do emprego, reforço ao crédito - ajudaram a amenizar a queda do Produto Interno Bruto (PIB), mas falhas no combate à pandemia fazem os problemas retornarem agora, com o agravante de o país estar mais endividado, com inflação alta e diante de uma conjuntura internacional desafiadora, apontou Natalie.

“Não estamos no mesmo lugar do ano passado, estamos em um lugar pior, com sincronização de contaminação entre interior e capitais que não vimos antes e não permite folga ao sistema de saúde”, disse Paula Magalhães, economista-chefe da A.C.Pastore & Associados e outra convidada da live.

Segundo ela, o descontrole da pandemia acendeu “uma grande luz vermelha” para a atividade. “A questão é até quando teremos medidas restritivas à circulação no segundo trimestre. A indústria até veio bem em janeiro, mas sozinha não sustenta o PIB. Os serviços, 60% do PIB, são a área mais afetada. Então, estamos pessimistas”, disse Paula. Embora ainda esteja calibrando suas projeções, a chance de recessão técnica - dois trimestres seguidos de queda no PIB - não está descartada.

Natalie pondera que a primeira onda pode ter deixado uma “curva de aprendizado” e, levando em conta a experiência internacional, o impacto na atividade tende a ser menor do que no primeiro choque de 2020. A Garde estima estabilidade no PIB do primeiro trimestre, mas há muita incerteza.

Ambas as economistas entendem como necessário um novo auxílio emergencial, mas ressaltam que apenas a aceleração da vacinação vai trazer tranquilidade econômica. “Ninguém acha que não é bom ter o auxílio para as pessoas não morrerem de fome. Vamos ter um baque no emprego novamente com as restrições [à circulação]. E também alguma medida para impedir empresas de quebrar. Mas o melhor gasto fiscal é o gasto em vacina”, afirmou Paula. Sem vacinação em massa, o Brasil poderá, em 2022, estar discutindo os mesmos problemas, alertou Natalie.

Elas aproveitaram a live, que ocorreu no Dia Internacional da Mulher, para reforçar a importância de economistas mulheres ocuparem mais espaços nos ambientes de

trabalho e na academia, de modo que futuras economistas se sintam representadas e tenham em quem se espelhar. “Sim, somos minoria, porém descobrimos que não somos tão poucas assim e está melhorando”, disse Natalie Victal. Grupos de apoio têm se formado para dar visibilidade às mulheres economistas e trazem esperança de um futuro ainda melhor, observou Paula Magalhães. “Passar por uma situação ruim ou ter dúvida da sua capacidade porque você não tem em quem se espelhar e se sente sozinha piora muito sua vontade de continuar, então esses grupos são muito importantes.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Prático Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$759.05 ou

R\$759.05 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Aracaju

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI



Por Raphael Di Cunto

Raphael Di Cunto é repórter de Política em Brasília

O alerta para os sonhos de Guedes

Presidente da Câmara encontrou-se com o ministro oito vezes em um mês

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Animado com a perspectiva de ver seus projetos avançarem com a vitória de Arthur Lira (PP-AL) sobre Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez planos ambiciosos num almoço no começo de fevereiro com deputados. O cardápio era a autonomia do Banco Central, mas um entusiasmado Guedes já projetava, entre uma garfada e outra, a aprovação de marcos legais, privatizações e reformas que ainda nem tinham chegado ao Congresso. Líder do PL e principal aliado de Lira, o deputado Wellington Roberto (PB) foi o responsável por estragar a sobremesa: “Não pensa que agora está tudo resolvido não, viu?”

Se o alerta naquele dia não foi suficiente, assim como parece não ter sido a demissão do presidente da Petrobras e a intervenção no Banco do Brasil, o balde de água fria pode ter chegado em outra votação tão importante quanto, a proposta de emenda constitucional (PEC) emergencial. Guedes queria desvincular tudo, ficou sem o fim dos pisos para educação e saúde, sua principal bandeira nesse projeto, e ainda acabou engolindo verbas carimbadas para os militares.

Lira encontrou-se com o ministro oito vezes em um mês

De um projeto duro para diminuir os gastos obrigatórios e abrir espaço para uma nova rodada do auxílio emergencial dentro das regras fiscais vigentes, o texto virou uma série de paliativos opcionais para governadores e prefeitos e criou uma regra que, apesar do alto engessamento das contas da União existente hoje, só será aplicada em 2024, caso os gastos obrigatórios continuem crescendo. Isso se o teto de gastos se manter até lá.

A PEC abriu uma fissura no teto com a permissão para que o auxílio ignore as regras fiscais em até R\$ 44 bilhões - valor maior que um ano inteiro de Bolsa Família. Era mais fácil o governo ter esperado uma semana e editado uma medida provisória (MP) com créditos extraordinários para pagar uma nova rodada do benefício, fingindo que o “lockdown” decretado por governadores exigiu esse gasto adicional, do que todo o esforço para votar uma PEC com pouco efeito no curto prazo e medidas duvidosas no longo prazo.

O plano para redução dos incentivos tributários e benefícios fiscais, por exemplo, pode ficar nisso, só um plano, já que as exceções incluídas de largada dão pouquíssima margem para manobra e as punições para caso os cortes não ocorram foram excluídas do parecer antes da aprovação. Quando chegar a hora de votar esse plano, nova pressão surgirá dos atingidos e inclusive dentro do próprio governo. Ou alguém acha que o presidente Jair Bolsonaro vai propor, a um ano da eleição, acabar de vez com as deduções com ensino e saúde privados no Imposto de Renda?

O almoço em que aliados de Lira “deram a real” para o ministro serviria para que Guedes explicasse a proposta de estabelecer mandatos para o presidente e os diretores da autoridade monetária e tirasse as últimas dúvidas dos deputados. Com a presença de representantes de partidos que, dias antes, sustentavam a candidatura de Baleia Rossi (MDB-SP) à presidência da Câmara, ali ficou sacramentada a maioria que, no dia seguinte, deu 339 votos a favor da proposta, margem suficiente para aprovar uma PEC.

Um placar tão expressivo foi visto como prova do sucesso vindouro da agenda econômica, mas esse texto teve peculiaridades. A autonomia do Banco Central vinha sendo debatida há quase três décadas, mas, na visão dos deputados, é um projeto mais simples porque quem estava abrindo mão de poder era o próprio presidente

da República. Não haveria desgaste imediato para eles e, por outro lado, seria uma boa sinalização de que estavam empenhados em adotar medidas para a economia.

Significaria, também, o pontapé inicial da nova relação entre Executivo e Legislativo. Os deputados fizeram seu gesto, o governo fez o dele e o deputado João Roma (Republicanos-BA) foi nomeado dois dias depois ministro da Cidadania. Demais trocas na equipe ministerial ficaram suspensas, mas ainda são aguardadas pelo Centrão para as próximas semanas.

Guedes encontrou em Lira um aliado, assim como era Maia no início do governo. O novo presidente da Câmara reuniu-se quase duas vezes por semana com o ministro desde que assumiu o cargo. Foram oito encontros, entre conversas privadas, reuniões junto com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), os atos de entrega das privatizações da Eletrobras e dos Correios e até uma entrevista “simbólica” dos dois juntos para uma rádio.

Se a relação continuará harmoniosa ou descambará para a troca de ofensas públicas, só o tempo e a efetividade das medidas propostas pelo ministro dirão. Mas o novo momento já mostra um Guedes mais amadurecido e que silenciou completamente sobre a aprovação, pela Câmara, de projeto que cria uma linha de crédito bilionária para as empresas de eventos, obriga uma renegociação das dívidas desse setor e concede até isenção de impostos por cinco anos para essas empresas.

O projeto foi aprovado sem previsão de como essas ações serão pagas, mas Lira decidiu pautá-lo pelo compromisso assumido com o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que brigou com o partido ao apoiar publicamente a eleição dele. O aval do presidente da Câmara levou a um apoio em massa dos partidos, diante do fechamento do comércio e serviços em várias cidades, e o governo fez vista grossa para não brigar com o aliado. A estratégia foi engolir calado e trabalhar para que o projeto fique esquecido nos escaninhos do Senado. Guedes, que outrora sairia atirando, consentiu calado.

Desde a autonomia do Banco Central e a rejeição das emendas à nova lei cambial, ambas no mesmo dia, outros oito projetos foram votados pela Câmara, mas a

agenda de Lira migrou para a vacinação contra a covid-19 e a blindagem aos parlamentares (uma promessa implícita com sua eleição). Na “live” do **Valor**, há duas semanas, ele reclamou que desanima a pouca importância que o mercado deu à aprovação da autonomia. “Como assim está precificado? A gente não pode estar matando um leão por semana”, protestou. Os temas caros a Guedes voltarão à baila agora, com a PEC para destravar o auxílio emergencial.

Raphael Di Cunto é repórter de Política em Brasília. Andrea Jubé volta a escrever no fim de março

E-mail: raphael.dicunto@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Air Fryer Mondial Grand Family Inox 5 Litros Afn-50-Bi Preto

R\$ 449

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$759.05 ou

R\$759.05 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?



Por Pedro Cafardo

É editor-executivo do Valor e integra a equipe que fundou o ... [ver mais](#)

Os riscos reais de um capitalismo antissocial

Em plena crise econômica, a maior em um século, o capitalismo antissocial, que já reformou as leis trabalhistas e da Previdência, tem larga avenida pela frente

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Vai aí um teste para quem gosta de economia. Nos cinco parágrafos abaixo estão, entre aspas, declarações de um grande economista brasileiro. Tente descobrir quem é, mas sem olhar para baixo no texto, onde aparece o nome dele.

“Inflação é modificar a distribuição de renda. A gente pensa que é modificar os preços. Pode-se ter inflação com os preços estáveis e a renda se modifica. Numa economia de mercado, os preços estão se modificando a todo o instante. Mas se alguém tem a possibilidade de comandar essa modificação de preços a seu favor já criou a pressão inflacionária. Se outros agentes aceitam a perda de renda de braços cruzados, a economia absorveu. Se resistem com pressão sindical ou mecanismos de correção monetária, o negócio vai adiante.”

Sob risco de acirrar tensões, capitalismo antissocial avança

“Atualmente, na economia brasileira, a iniciativa de investimento está na mão de grupos privados e essencialmente estrangeiros. Os investimentos de vanguarda, que representam a introdução de produtos novos, os mais rentáveis, aqueles que colocam a economia brasileira em dia com as economias em expansão lá fora, estão todos na mão de grandes grupos privados. Estes, se buscam os seus próprios

interesses, terão que insistir nesse modelo. É muito melhor para uma empresa que está lançando um produto novo em 30 ou 50 países introduzir seus 'blue prints' imediatamente no Brasil do que consultar as necessidades reais da população brasileira. Isso é óbvio e qualquer industrial estaria totalmente de acordo comigo, porque isso reduz seus custos. Num plano puramente abstrato, o problema teria solução desde que houvesse uma vontade política no Brasil para provocar uma reciclagem progressiva do sistema de produção e uma certa disciplina nos padrões de consumo."

"Não se pode imaginar uma sociedade realmente aberta, no quadro de um 'laissez-faire' econômico [no Brasil] hoje em dia porque a renda irá se concentrar muito mais e as tensões sociais vão renascer, por um lado, e as pressões inflacionárias, por outro. Ou seja, o verdadeiro debate está em torno do modelo econômico. Se não houver um modelo econômico visível, tanto nas fases de conjuntura favorável como nas desfavoráveis, os antagonismos sociais tendem a agudizar-se numa sociedade aberta e o sistema entra numa espécie de desgaste em que o consenso político é praticamente impossível. O que é fundamental no sistema econômico brasileiro é que ele, pelo fato de estar submetido a uma lógica que corresponde ao nível de acumulação alcançado por países muito mais ricos, tende a ser antissocial. A principal crítica que se faz ao capitalismo no Brasil é fundamentalmente essa: ele é muito mais antissocial do que o capitalismo tem sido em outros países."

"Eu conheço sistemas capitalistas muito diferentes. Chego do Japão agora, por exemplo, onde o diferencial de salários é mínimo. Não existe o supérfluo como estímulo e nenhum sistema é internacionalmente mais competitivo que o deles, os japoneses. Há também o sistema sueco, para citar um muito distante do nosso, porque tem um grau de acumulação muito grande, um grau de avanço político muito grande, que não está baseado no supérfluo para criar estímulos."

"Não acredito que as forças sociais criem alguma coisa por geração espontânea. A sociedade dos homens é em grande parte feita pelas ideias de indivíduos ou pelos intérpretes que ela consegue em determinado momento. Eu nunca diria, por exemplo, que foi indiferente aos Estados Unidos ter ou não ter um tipo como Jefferson. Por outro lado, não se explica a industrialização precoce dos Estados Unidos sem Hamilton [1755-1804]. Quando se lê hoje em dia o que ele escrevia já

naquela época e como ele conseguiu se libertar do pensamento liberal tal qual existia na Inglaterra, mesmo sendo discípulo de Adam Smith, chega-se à conclusão de que realmente essas coisas pesam. Não foi totalmente indiferente a Esparta e Atenas que a primeira tivesse um Licurgo, e a segunda, um Sólon.”

S; e você chegou até aqui e costuma ler sobre economia, provavelmente já adivinhou: as declarações são de Celso Furtado, grande economista e intelectual brasileiro do século XX, morto em novembro de 2004. Os trechos não estão em livros de Furtado - o mais famoso deles é “Formação Econômica do Brasil”. São de uma histórica entrevista que ele concedeu à “Folha de S.Paulo”, em agosto de 1976, da qual este jornalista teve a sorte de participar, junto com Luiz Carlos Bresser-Pereira e Eduardo Suplicy.

O curioso é que, passados 45 anos, declarações feitas durante a ditadura militar possam parecer atuais. No caso da inflação, ocorre hoje uma intensa modificação de preços e, claramente, com aumentos de até três dígitos, alguns setores têm conseguido usar a pandemia para comandar essa modificação a seu favor.

Há 45 anos, na opinião de Furtado, a principal crítica que se fazia ao capitalismo no Brasil era sobre sua característica antissocial, muito maior que em outros países. Nada muito diferente de hoje. O diferencial de salários continua sendo bem menor em economias capitalistas como Japão, Alemanha, Suécia e muitas outras.

A adoção de uma política econômica radicalmente liberal promove ainda maior concentração de renda. Isso pode fazer crescer tensões sociais e pressões inflacionárias que tornem o consenso político impossível. Ao mesmo tempo, há escassez e descrédito de lideranças, tanto na política quanto na economia, o que trava os avanços porque, acreditava Furtado, as forças sociais não criam nada por “geração espontânea”.

Celso Furtado foi diretor do BNDES, na época BNDE, criou a Sudene a pedido de Juscelino Kubitschek e foi o primeiro ministro do Planejamento do país, em 1962. O BNDES está sendo desmontado desde 2016 e sofreu recente ataque que lhe tiraria mais recursos por meio de um “jabuti” incluído na PEC Emergencial. A Sudene, extinta no governo Fernando Henrique e recriada no governo Lula, murchou. O Ministério do Planejamento não existe mais. Em plena pandemia que provoca a

maior crise econômica em um século, o capitalismo antissocial, que já reformou as leis trabalhistas e da Previdência, tem uma larga avenida pela frente. E avança sob risco de acirrar tensões sociais e ameaçar a democracia.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico

E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

PEC 186 mantém benefícios fiscais por oito anos

Benefícios às micro e pequenas empresas e à Zona Franca de Manaus, por exemplo, não poderão ser reduzidos

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O texto da Proposta de Emenda Constitucional 186, aprovado na semana passada pelo Senado, torna irreduzíveis, por até oito anos, os atuais benefícios concedidos às micro e pequenas empresas, à Zona Franca de Manaus e às áreas livre comércio, às entidades sem fins lucrativos, à cesta básica e bolsas de estudo. “Congelou tudo”, constatou o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em entrevista ao **Valor**. “Durante esse prazo ou até que o montante da renúncia de receita chegue a 2% do PIB [Produto Interno Bruto], esses benefícios não poderão ser reduzidos”, disse. “Fica tudo do jeito que está”.

Esses benefícios foram excluídos do plano de redução de incentivos que, segundo determinação da PEC 186, o presidente da República terá que encaminhar ao Congresso Nacional no prazo de seis meses depois da promulgação da emenda constitucional. Com o plano, o presidente terá que propor alterações legislativas para diminuir os incentivos e os benefícios a 2% do PIB, no prazo de oito anos.

O problema é que a PEC não prevê punição para o caso de a redução não ser aprovada pelo Congresso. “O presidente terá apenas que enviar o plano ao Congresso”, observou a procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élidea Graziane. “A intenção da PEC parece ser a de protelar a diminuição dos benefícios”, advertiu. “Quem vai ganhar no curto prazo é quem terá a exceção constitucionalizada”, disse.

A procuradora considera “muito perigoso” o artigo da PEC 186 que trata da renúncia de receita porque as exceções que estão sendo feitas “podem ser lidas como profunda limitação para que se mude esses benefícios no futuro”. Ela explicou que existe uma tese entre os advogados tributaristas de que qualquer previsão de restrição de tributação configuraria “imunidade tributária”.

Graziane considera que o artigo da PEC representa uma “blindagem” dos benefícios que foram excluídos do plano de redução, o que é uma restrição da capacidade do poder público de tributar. Para ela, as exceções abrem um flanco para que novas exceções sejam inseridas no texto constitucional.

A procuradora disse que o tratamento dado pela PEC à renúncia de receita foi “na contra mão do que vem sendo discutido”. Ao julgar as contas de 2017 do ex-presidente Michel Temer, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou que o governo federal definisse um plano para a redução dos subsídios, de forma que o montante da renúncia de receita voltasse ao patamar de 2% do PIB, lembrou.

O ex-secretário Everardo Maciel, por sua vez, observou que, embora alguns dos benefícios excluídos pela PEC do plano de redução estejam previstos no texto constitucional, suas regras e condições estão definidas em lei complementar, como é o caso do Simples Nacional - o regime simplificado aplicável às micro empresas e às empresas de pequeno porte. Caso a PEC seja aprovada, as regras atuais não poderão ser alteradas, se for para reduzir os benefícios. “Fica tudo congelado”, reforçou.

Everardo disse que a desoneração da cesta básica está sendo colocada no texto constitucional, bem como os benefícios concedidos às bolsas de estudo. Ele advertiu, no entanto, que não há, na legislação, uma definição do que seja cesta básica. “Temos leis que reduzem tributos de uma porção de produtos, que são qualificadas como a cesta básica”, “Nada disso poderá ser alterado pelo prazo de até oito anos ou até que a renúncia de receita chegue a 2% do PIB”, explicou.

O ex-secretário ponderou ainda que o conceito de renúncia de receita ainda não é claramente definido e que a metodologia do PIB pode mudar e o seu valor nominal

ser revisto. “Estamos falando de um percentual que se aplica sobre um PIB que não sabemos o que será e de uma renúncia ainda não definida”, afirmou.

O **Valor** consultou a Secretaria da Receita Federal sobre o artigo da PEC 186. Por meio da assessoria de imprensa, a Receita disse que ainda está avaliando o texto. A proposta inicial da PEC 186, elaborada pelo Ministério da Economia, não previa o plano de redução de tributos e nem as exceções. Estabelecia apenas que nenhum novo benefício poderia ser concedido enquanto a renúncia de receita fosse superior a 2% do PIB.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A01 Core 32gb Tela 5.3" Câmera Principal 8mp Preto

R\$ 749,90

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

BNDES acelera projeto de saneamento no Nordeste e prevê R\$ 15,5 bilhões

Estimativa é que quatro blocos na região cheguem ao mercado até o fim do ano que vem

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

09/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Na esteira do leilão de concessões de água e esgoto da região metropolitana de Maceió (AL), cuja arrecadação somou R\$ 2 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem mais quatro projetos de saneamento no Nordeste previstos para chegar ao mercado entre o quarto trimestre deste ano e o último de 2022. O cronograma inclui a licitação de concessões na Paraíba e em mais dois blocos de municípios em Alagoas, além de uma Parceria Público-Privada no Ceará. O investimento total estimado é de R\$ 15,5 bilhões, e a população beneficiada, de 8,28 milhões de habitantes.

Só os investimentos projetados para a PPP dos serviços de coleta e tratamento de esgoto em 23 municípios cearenses totalizam R\$ 8,6 bilhões. A previsão é de que o leilão ocorra ainda este ano, entre outubro e dezembro. Dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) indicam que em 2019 pouco mais de um quarto da população cearense era atendida por rede de esgoto.

A opção por uma PPP em vez de uma licitação das concessões de serviços de coleta e tratamento de esgoto levou em consideração uma análise técnica dos indicadores de saneamento, inclusive o acesso da população à água potável, explica Fábio Abrahão, diretor de Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas do BNDES.

Em Alagoas, outros dois blocos de municípios - além das 13 cidades da região metropolitana incluídas na licitação de setembro - deverão ter concessões leiloadas no primeiro trimestre de 2022, conforme a programação da BNDES. “O ‘efeito demonstração’ vale muito. Todo mundo olha Alagoas e diz: ‘Quero ter igual’”, resume Abrahão. Juntos, os novos blocos somam 89 municípios. A injeção de recursos é estimada em R\$ 2,9 bilhões.

Sócio do escritório Giamundo Neto Advogados, Luiz Felipe Graziano destaca a percepção positiva do mercado a respeito da participação da estatal Sabesp (consorciada à Iguá Saneamento) no leilão de Alagoas. “Foi um indicativo muito interessante. Abriu a perspectiva para novos players [participantes]”, opina o advogado. Fundos de investimento buscam operadores privados de menor porte e até empresas estaduais bem administradas para entrar na disputa por concessões, conta Graziano.

A modelagem do processo de entrada da iniciativa privada nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário está na fase inicial na Paraíba, com a contratação de consultores. “Estamos fechando a contratação com o BNDES, que vai estruturar um projeto nessa importante área da infraestrutura do Estado”, disse o governador da Paraíba, João Azevêdo (Cidadania).

Em nota, ele esclareceu que o BNDES trabalhará em conjunto com a Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (Cagepa) para apresentar “a melhor alternativa” de recursos, em parceria com a iniciativa privada. O alcance inicial estabelecido para o projeto é de 96 municípios. A Cagepa presta serviços na maior parte (81,2%) dessas cidades. Pelas contas do BNDES, serão beneficiados 2,2 milhões de habitantes, o equivalente a 55% da população da Paraíba.

Na região Norte, o banco de fomento conversa com os governos de Rondônia e Roraima. Em Rondônia, está em discussão o modelo de contrato que seria assinado entre o BNDES e o Estado - fase anterior à da modelagem. Também estão em estágio inicial as negociações com Roraima.

Pelo menos até o fim de janeiro havia a expectativa de o governo baiano licitar concessões da Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa). Segundo apurou o **Valor**, o governo estadual comunicou sua desistência ao BNDES. Por e-mail, a

Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) da Bahia informou que estuda “a melhor modalidade de contratação para os estudos das concessões dos serviços de saneamento básico.”

Previsto para o segundo trimestre deste ano, o leilão no Acre foi cancelado porque o Estado desistiu de ofertar a concessão plena de seus serviços de saneamento básico.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A01 Core 32gb Tela 5.3" Câmera Principal 8mp Preto

R\$ 749,90

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

Fundo de aviação civil pode bancar PPP de R\$ 380 milhões na Amazônia

Modelo inédito envolve oito aeroportos da região

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) poderão ser utilizados para bancar a parte do governo numa inédita Parceria Público-Privada (PPP) que entregará à iniciativa privada oito aeroportos da Amazônia: Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Lábrea, Coari, Eirunepé, Carauari, Barcelos e Maués. Com investimentos inicialmente estimados em R\$ 380 milhões, essa será a primeira PPP federal de médio porte.

Os estudos que vão apontar de forma definitiva o valor dos investimentos necessários e a melhor forma de financiar o negócio ainda estão em fase inicial. A decisão sobre o formato final será tomada pelo Ministério da Infraestrutura, com base nos estudos técnicos de viabilidade.

O trabalho vem sendo feito pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Mais conhecida como a “estatal do trem-bala”, hoje trabalha como uma estruturadora de projetos que dão base a concessões. Um exemplo é a concessão da Nova Dutra, que vai a leilão no terceiro trimestre.

A lei que regula as PPPs é de 2004, mas até hoje só existe um negócio desse tipo em operação no governo federal: um data center no qual se associaram a Caixa e o Banco do Brasil. O instrumento não é utilizado com mais frequência pela União porque envolve o pagamento de contraprestações pelo serviço público. A crise fiscal

tem sido um empecilho, segundo informou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

No ano passado, o governo deu um passo inicial para fazer PPPs em Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em muitos Estados e municípios, PPPs foram estruturadas para construir e operar hospitais. São locais onde o serviço é gratuito e os profissionais são do Sistema Único de Saúde (SUS). O sócio privado cuida da infraestrutura: construção, manutenção e hotelaria, e recebe por isso. A ideia era fazer o mesmo nas UBS, mas a iniciativa foi interpretada como “privatização do SUS” e acabou abortada.

Os aeroportos da Amazônia candidatos a virar PPP geralmente são administrados pelos municípios, que não têm capacidade de investimento. Os aeródromos tampouco conseguem se manter apenas com as taxas cobradas pelo uso da infraestrutura, diz o diretor-presidente da EPL, Arthur Lima. Daí porque haverá uma complementação com recursos públicos.

“A PPP terá grande impacto no desenvolvimento regional”, disse. Com poucas rodovias no Estado, algumas localidades só são acessíveis por barco ou avião.

Além dos aeroportos, o governo federal estuda PPPs para construir nova unidade do hospital Fêmina no Rio Grande do Sul. Também estão em fase de estruturação uma PPP para serviços de comunicação do Comando da Aeronáutica e outra para rádio comunicação de polícias e forças de segurança pública.

Além disso, o governo federal dá apoio técnico e financeiro a Estados e municípios que queiram estruturar PPPs de iluminação pública, presídios e infraestrutura social: saneamento, educação e saúde.

A situação das contas públicas fez com que o governo federal priorizasse as concessões comuns, que não envolvem comprometimento de recursos públicos. “Como é do conhecimento de todos, há um elevado enrijecimento das despesas no Orçamento federal, motivado por vinculações constitucionais que dificultam a assunção de novos compromissos fiscais de médio e longo prazo pela União”, informou o PPI.

No ano passado, apesar da pandemia, foram iniciados 481 projetos de concessão e PPP por União, Estados e municípios, segundo a consultoria Radar PPP. Foi o segundo maior volume em cinco anos, perdendo apenas para os 620 iniciados em 2019. A maior parte dos projetos (342) é de municípios.

O sócio da consultoria Guilherme Naves diz que a estruturação de uma concessão ou uma PPP leva tempo, dada a complexidade dos negócios. Com a crise sanitária, há um agravante: os técnicos precisarão rever seus cálculos, principalmente de projetos como rodovias, diante da queda da atividade econômica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

Justiça Federal afasta PIS e Cofins sobre valor perdoado de dívida

Decisão beneficia indústria metalúrgica do interior de São Paulo

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

09/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Eduardo Galvão: valores não podem ser classificados como receita — Foto: Divulgação

Uma indústria metalúrgica conseguiu na Justiça afastar a cobrança de PIS e Cofins sobre valor perdoado de dívida, negociado com um banco. A decisão liminar é a primeira que se tem notícia e foi proferida pela 6ª Vara Federal de Campinas (SP).

A tese chegou ao Judiciário com a jurisprudência desfavorável na esfera administrativa. Os poucos julgados sobre o tema adotam o entendimento da Fazenda Nacional de que os valores devem ser considerados receita e, portanto, tributados - alíquota de 9,25% de PIS e Cofins.

A discussão é importante neste momento de pandemia e pode abrir caminho, segundo advogados, não só para descontos dados por bancos em financiamentos, mas também para negociações entre empresas e até mesmo em recuperações judiciais.

No caso, a indústria metalúrgica, localizada em Hortolândia, interior de São Paulo, conseguiu um abatimento de cerca de R\$ 640 mil em empréstimo com o Banco Bradesco. E decidiu entrar na Justiça com a tese, com a alegação de que esses valores perdoados não poderiam ser considerados receita, uma vez que não houve novo ingresso de dinheiro no caixa.

De acordo com o advogado que assessora a metalúrgica, Eduardo Galvão, do GBA Advogados Associados, “ainda que numa análise contábil se trate de um resultado escritural positivo, os valores obtidos com o perdão não podem ser classificados como receita financeira, uma vez que não representa ingresso de novos valores

originados de uma atividade operacional ou não operacional desenvolvida pela empresa”.

Se mantida, a decisão da 6ª Vara Federal de Campinas, acrescenta o advogado, pode representar uma economia de cerca de R\$ 60 mil, um valor significativo para uma empresa de médio porte em crise financeira (processo nº 5002526-13.2021.4.03.6105).

A tese ganhou força depois do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Na ocasião, os ministros reafirmaram que existe diferença entre o conceito de faturamento e receita. Para eles, embora todo faturamento seja receita, nem toda receita é faturamento (RE 574706).

Mas desde 2013, com o julgamento em repercussão geral que afastou a incidência do PIS e Cofins sobre valores auferidos em cessão de créditos acumulados de ICMS (RE 606107), advogados acham a discussão possível. Na ocasião, o STF definiu receita como ingresso financeiro que se integra no patrimônio, na condição de elemento novo e positivo.

A Receita Federal, porém, tem entendimento contrário ao contribuinte. Na Solução de Consulta Cosit nº 176, de 2018, afirma que a remissão de dívida representaria uma receita operacional tributável pelo PIS e a Cofins.

Ao analisar o pedido de liminar da empresa, o juiz Haroldo Nader, da 6ª Vara Federal de Campinas, entendeu, porém, que “ é cediço que o PIS e a Cofins se tratam de tributos que incidem sobre receita, não sobre resultado/lucro. Então, qualquer desconto obtido pelo contribuinte, ainda que negociado, não pode ser considerado receita financeira: trata-se daquilo que ele deixou de gastar, ou seja, um abatimento no custo de sua atividade, não tributável exceto pelas exações sobre o lucro”.

Ariana de Paula Andrade Amorim, do escritório Briganti Advogados, afirma que a liminar é a primeira que conhece e pode dar força para a discussão. Ela aguarda sentença sobre discussão semelhante, que envolve perdão de dívidas entre duas empresas. O caso está para ser julgado em Divinópolis, em Minas Gerais. Para ela, a

discussão cresceu em volume depois do julgamento da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

A advogada acrescenta que existem decisões semelhantes para descontos obtidos em multas e juros de mora de dívida incluída no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Em abril de 2018, por exemplo, a Cairu Indústria de Bicycletas obteve na Justiça Federal liminar que afasta a cobrança de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins (processo nº 1000052-91.2018.4.01.4103).

Na decisão, o juiz federal André Dias Irigon, da Vara Federal Cível e Criminal de Vilhena (RO), cita a decisão do Supremo que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e diz que, a partir do precedente, a remissão da dívida não poderia ser tratada como receita para fins de tributação.

Já no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), os poucos julgados sobre o tema são desfavoráveis. Em um caso emblemático, a 3ª Turma da Câmara Superior manteve autuação contra a Silvio Santos Participações de cerca de R\$ 900 milhões, em valores atualizados (processo nº 16327.720855/2014-11), que tratou de remissão de dívida.

Para o advogado Leo Lopes, do FAS Advogados, a discussão ainda não ganhou corpo porque não há muitas autuações sobre o tema e nem sempre as companhias querem discutir antecipadamente o assunto no Judiciário. A tese, afirma, abre caminho principalmente para as empresas em recuperação judicial, que conseguem obter às vezes perdão para mais da metade da dívida.

Ele lembra que no projeto da nova Lei de Recuperação e Falências, sancionada em dezembro, havia a previsão para que os valores perdoados não fossem tributados. Contudo, esse ponto foi vetado pela presidência da República.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Tributação dos fundos imobiliários

O entendimento da Receita Federal gera uma dupla tributação na cadeia de investimento financeiro imobiliário

Por Ricardo Lacaz Martins

09/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Neste momento em que se discute a reforma constitucional do sistema tributário de uma maneira mais ampla, com o redesenho dos vários tributos visando racionalizar as incidências que hoje temos, algumas questões, facilmente solucionáveis por atos normativos ou mesmo leis ordinárias, que refletiriam positivamente para racionalidade do sistema evitando demandas e custos de conformidade aos contribuintes, estão sendo relegadas e deixadas em compasso de espera.

É o caso da ilegal e antissistêmica tributação do ganho de capital nos fundos de investimentos imobiliários (FIIs) que investem em cotas de outros FIIs. A ilegalidade da sua tributação decorre de equívoco na determinação do dispositivo legal aplicável feita pela Receita Federal na Solução de Consulta Cosit nº 181, de 2014, que entendeu incidir o artigo 18 em vez da norma especial que atende ao objetivo do sistema, o artigo 16, ambos da Lei nº 8.668, de 1993.

O entendimento da Receita Federal gera uma dupla tributação na cadeia de investimento financeiro imobiliário

A análise da evolução das regras de tributação dos fundos imobiliários parece não deixar dúvidas quanto ao objetivo do legislador e qual o dispositivo que deve ser corretamente invocado. Tanto a Lei nº 8.668, de 1993, na sua redação original, como as suas posteriores modificações sempre buscaram preservar a não tributação das

rendas auferidas diretamente pelo FII, adaptando o instrumento à evolução do mercado e evitando, por outro lado, a sua utilização indevida.

Foi assim que em 1993 os FIIs nasceram, isentos de qualquer tributação na renda por eles auferida, sendo somente tributada a renda gerada aos investidores, a exemplo de todos os demais fundos de investimento financeiros. Seis anos após, em 1999, os FIIs que investissem em aplicações de renda fixa não imobiliária passaram a sofrer a retenção do IR Fonte, a fim de evitar a sua utilização para investimentos em outros mercados que não o imobiliário. Posteriormente, já em 2004, com a evolução do mercado financeiro imobiliário foi permitido aos FIIs investirem em ativos financeiros de base imobiliária, tais como os CRIs, LCIs, SPEs e as cotas de FIIs. Evidentemente a norma fiscal teve que ser adaptada a essa nova realidade. Foi, assim, editado o artigo 16-A, parágrafo 1º, que, tratando das rendas auferidas pelos próprios FIIs nas negociações desses ativos, isentou do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a sua tributação, mantendo-se desta forma a lógica do instrumento criado em 1993, qual seja a não tributação das rendas operacionais - de caráter imobiliário - auferidas pelo veículo de investimento. Note-se que a isenção do IRRF foi necessária, pois o caput do artigo 16 previa somente a isenção do IR ordinário, o que, evidentemente, não pode ser esquecido, como tem feito a Receita.

Para a compreensão da discussão trazida pela Solução Cosit acima mencionada e o conseqüente equívoco gerado é importante visualizar e distinguir as duas receitas relacionados aos fundos imobiliários: a receita gerada pelo FII nas suas operações, mediante a compra e venda de ativos imobiliários ou financeiros imobiliários e a percepção de rendimentos desses ativos; e a renda auferida pelo beneficiário investidor, que por sua vez pode advir da venda das quotas do FII investido (ganho ou perda de capital) ou dos rendimentos distribuídos pelo FII. Há assim renda em dois "níveis" diversos, um no próprio fundo e outra no beneficiário.

Há, conseqüentemente, dois tratamentos tributários distintos previstos pela Lei nº 8.668, de 1993, a depender da origem da renda auferida. A isenção das rendas geradas no FII está prevista no artigo 16, artigo 16-A e seu parágrafo primeiro, e o regramento para as receitas auferidas pelos beneficiários investidores está previsto no artigo 18.

No entanto, em uma equivocada interpretação, a Receita entendeu aplicável ao ganho de capital decorrente da venda de cotas de FII pelo FII investidor a norma do artigo 18 que trata, não das rendas auferidas pelo FII, como a norma especial e posterior regula, mas sim daquelas auferidas por meio de FIIs, ou seja por “qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta”, dispositivo esse existente desde a edição original de 1993 e aplicável somente às receitas dos beneficiários finais dos FIIs (renda dos investidores).

O equívoco traz evidente desnaturaçãõ do veículo de investimento, pois os FIIs passam a sofrer tributação na sua renda operacional decorrente do ganho de capital nas cotas de FII onde nenhuma outra renda é tributada, induzindo negativamente a destinação de investimentos financeiros no mercado de FII, pois gera uma dupla tributação na cadeia de investimento financeiro imobiliário.

A questão pode ser assim resumida: qual dispositivo normativo que deve ser aplicado ao ganho de capital decorrente da venda de cotas de FII por FII investidor, a norma do artigo 18, que trás regramento da época onde não existia essa possibilidade de investimento e é contrária à sistemática de tributação dos fundos de investimento, ou a regra do artigo 16 (isenção geral), 16-A, parágrafo primeiro (isenção do IRRF), editada justamente para regulamentar as operações de venda de ativos financeiros imobiliários pelos próprios fundos, sendo ainda posterior à norma do artigo 18, especial, pois trata de questão específica e, por fim, atende e dá coerência à sistemática aos fundos imobiliários?

Exemplos como esse de decisões antissistêmicas da Receita (nesse caso também ilegal) poderiam ser facilmente solucionadas por meio de edição de norma infralegal trazendo maior racionalidade e coerência à tributação, redução do contencioso e economia de custos aos contribuintes, enquanto esperamos ansiosos por uma reforma ampla do sistema tributário.

Ricardo Lacaz Martins mestre e doutor em Direito Tributário pela USP, sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas

informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Pacote aprovado pelo Senado dos EUA limita pagamentos diretos e benefício de seguro-desemprego

VALOR INVESTE

Sem auxílio emergencial, veja quais despesas o brasileiro teve que cortar

Servidores da Receita anunciam paralisação

Sindicato promete greve até amanhã contra emenda da PEC emergencial

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

09/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Servidores da Receita Federal anunciaram que vão paralisar suas atividades entre hoje e amanhã como protesto ao dispositivo da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial que elimina uma fonte de financiamento para o órgão. A afirmação foi feita ontem pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco).

De acordo com a entidade, a mobilização não será pontual e todas as atividades serão afetadas. “Na aduana, serão excepcionalizadas cargas vivas, perecíveis, medicamentos, todos os insumos e equipamentos relacionados ao combate à pandemia. Não haverá alteração na ala de passageiros”, pontua em nota.

A PEC Emergencial, aprovada no Senado na semana passada e encaminhada à Câmara, altera trecho da Constituição e retira do texto a autorização para vincular receitas para a realização de atividades da administração tributária. Na visão do sindicato, o “jabuti que desvincula recursos para a administração tributária foi um ato de agressão contra o Estado brasileiro e não ficará sem resposta”.

A avaliação é de que a mudança trazida pela PEC reduzirá à metade a estrutura física da Receita, com efeitos como o fechamento de delegacias e agências, precarização do atendimento, da fiscalização, do controle do comércio exterior e do combate a crimes como sonegação, corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de armas e de drogas. Haverá ainda, afirma o sindicato, efeitos no controle da alfândega nas

fronteiras, portos e aeroportos, “com graves e profundos prejuízos ao Estado e à sociedade”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Verão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

LINK PATROCINADO

Promoção: Compre o relógio e ganhe um bracelete com frete grátis para Aracaju

CHARLOTTE&CO

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Piora do cenário de inflação justifica processo mais firme de alta de juros, diz Occam

VALOR INVESTE

Alta de juros terá pouco ou nenhum efeito sobre o câmbio, diz Pastore

Para aliviar aéreas, governo acena com recuo em cobrança de imposto

Alíquota de 15% sobre leasing de aviões, que custaria até R\$ 600 milhões, deve cair

Por Daniel Rittner — De Brasília

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Segunda onda da pandemia piorou o cenário para as companhias aéreas, que foram a Brasília pedir a mudança no IR ao ministro da Economia, Paulo Guedes — Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo

Pressionado pelas companhias aéreas, em meio à intensificação da pandemia, o governo concordou em zerar novamente a cobrança de Imposto de Renda sobre o arrendamento mercantil (leasing) de aviões. A isenção vigorava desde os anos 1990 e terminou no ano passado, quando passou a ser aplicada alíquota de 1,5% sobre o envio de remessas internacionais para os donos das aeronaves. O IR “cheio” - de 15% sobre remessas - acabou de voltar.

Sem nenhuma mudança, as estimativas no setor e no próprio governo são de impacto entre R\$ 430 milhões e R\$ 600 milhões para o caixa das empresas em 2021. Com essa fatura assustando as aéreas, no momento em que o processo de recuperação da demanda por viagens regrediu vários passos, o governo aceitou recuar na cobrança.

O último apelo das companhias foi feito pelos presidentes da Latam, Gol e Azul ao ministro da Economia, Paulo Guedes, em uma reunião no dia 25 de fevereiro. Diante do cenário exposto pelas aéreas, que voltaram a cortar voos diante da nova onda de covid, Guedes alinhou-se aos ministérios da Infraestrutura e do Turismo, que já vinham atuando nos bastidores a favor da isenção do imposto.

O chefe da equipe econômica concordou, segundo interlocutores, com a preparação de uma medida provisória instituindo alíquota zero novamente. Para evitar complicações na tramitação do projeto de lei orçamentária de 2021, que normalmente é aprovado no Congresso Nacional em dezembro e até hoje não teve sequer relatório apresentado, a MP deverá sair apenas depois da votação.

Por um lado, isso resolveria o problema dos novos contratos de arrendamento das empresas aéreas - o que muitas autoridades em Brasília chamam de “daqui para frente”. Para os contratos já em vigência, “daqui para trás”, haveria uma nova interpretação com base em parecer encomendado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que impediria cobranças para aviões arrendados originalmente antes de 31 de dezembro de 2019 - calcula-se que 98% da frota atual.

Essa engenharia tributária se sustenta na forma como ocorreu a mudança. A isenção do imposto sobre remessas para pagamento do leasing de aeronaves vinha sendo objeto de sucessivas renovações desde 1997. Naquele ano, o Brasil passou a adotar uma prática bastante comum em outros países, que buscava garantir competitividade às empresas aéreas e fomentar a competição no setor.

O jogo ficou diferente a partir de MP 907, medida provisória de 2019 que tratava da Embratur e também aumentava o IR de zero - alíquota vigente nos 22 anos anteriores - para 1,5% em 2020. Depois, a alíquota iria para 3% em 2021 e para 4,5% em 2022.

No meio do caminho, o Congresso Nacional modificou a versão original e derrubou essa alta do imposto. Só que o presidente Jair Bolsonaro, atendendo recomendação da Receita Federal, vetou o artigo que dispunha sobre o tema. Criou-se um vazio jurídico e, na ausência de uma nova lei, voltou-se à cobrança do imposto cobrado antes da primeira isenção - por isso a alíquota “cheia” de 15%.

As empresas conseguiram adiar ou renegociar o pagamento de leasing no ano passado. A recuperação da demanda, que já havia atingido 80% do nível pré-pandemia nos voos domésticos, foi interrompida pela nova onda da pandemia.

O parecer da PGFN, afirmam essas fontes, eximiria as companhias de pagar pelas aeronaves arrendadas antes de 2020. Apesar do respaldo de Guedes, muitos avaliam que os técnicos da procuradoria ainda podem resistir à mudança.

Com esse entendimento garantido para contratos vigentes, ficaria mais fácil editar a MP. Isso porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que se apontem receitas para cobrir renúncias tributárias. Se os aviões pré-2020 estiverem resolvidos, a compensação pela LRF será bem menor e caberá mais facilmente no orçamento de 2021.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$759.05 ou

R\$759.05 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

PEC emergencial tem grandes chances de aprovação

Aprovado na quinta-feira pelo Senado, texto deve ser votado rapidamente no plenário da Câmara, sem passar pelas comissões

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados pautou para votação esta semana cinco propostas com relevância econômica que têm alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

A proposta de emenda constitucional (PEC) emergencial, que viabiliza o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial fora das regras fiscais, tem alta probabilidade de aprovação, segundo projeção do Cebrap/Ello. O texto foi aprovado na quinta-feira pelo Senado e deve ser votado rapidamente no plenário da Câmara, sem passar pelas comissões.

Com relação à covid-19, os deputados analisarão, com alta chance de aprovação, a medida provisória (MP) que ampliou a margem de crédito consignado para aposentados e pensionistas até 31 de dezembro de 2020 e a proposta que permite que os pedidos médicos para realização de exames pré-natal sejam válidos enquanto durar a pandemia. A Câmara também deve votar projetos de combate à fraude eletrônica e a Lei do Gás Natural.

Câmara e Senado somam sete projetos previamente pautados em plenário ou de forma conclusiva nas comissões. A probabilidade de aprovação dessas propostas é

calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Kit Verão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

LINK PATROCINADO

Exterminador de mosquitos surpreende moradores de Aracaju

MOSKITO KILLER

por taboola

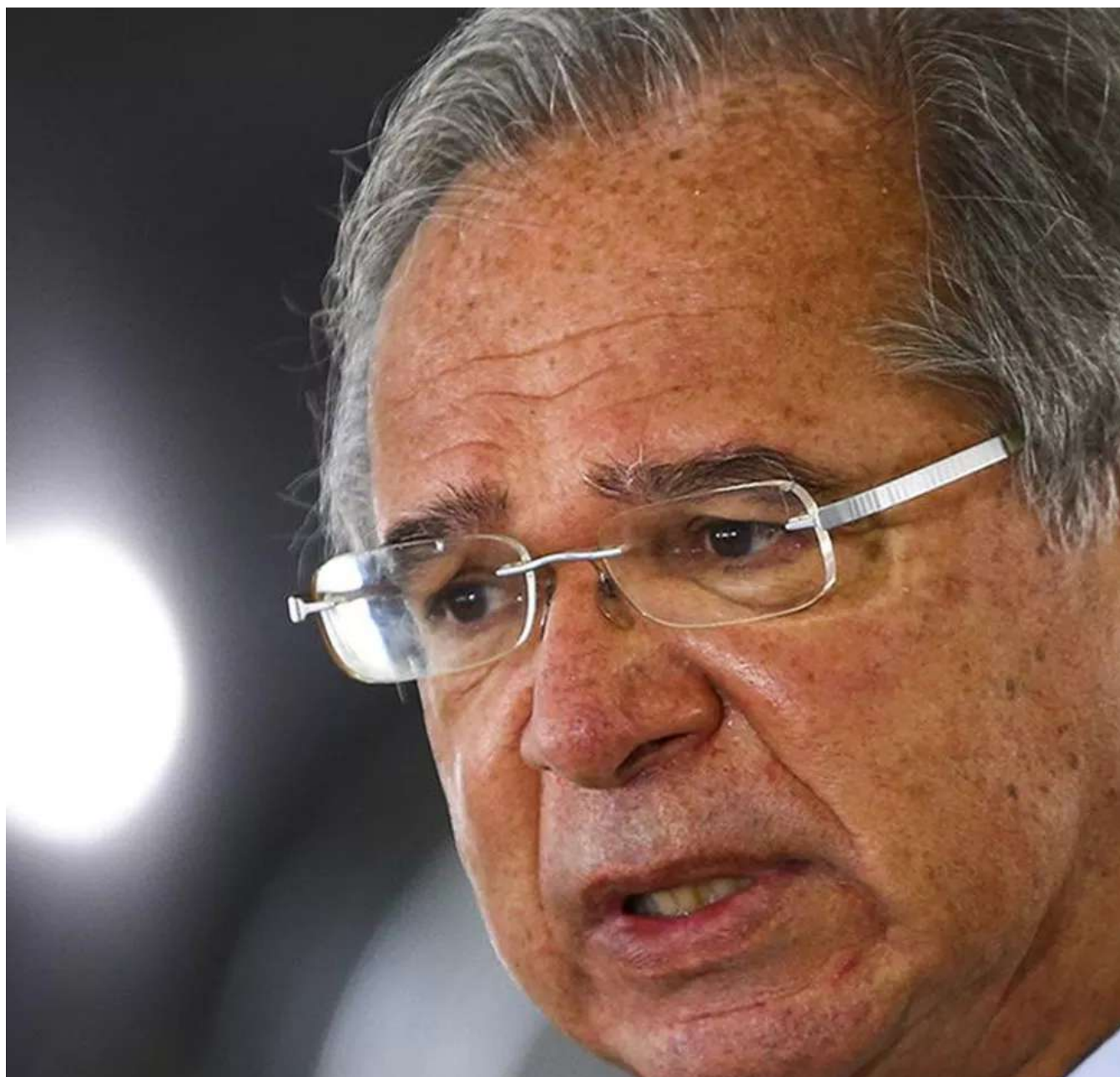
Conteúdo Publicitário

Reunião com Pfizer mostra novo status de vacina na economia

Com Guedes presente, Bolsonaro baixa tom em relação a farmacêutica

Por Lu Aiko Otta, Matheus Schuch, Edna Simão e Fabio Murakawa — De Brasília

09/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Paulo Guedes: "Estamos colocando R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial" — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil/Marcelo Camargo/Agência Brasil

A importância da vacinação para a economia subiu oficialmente de patamar ontem, com a escolha do ministro da Economia, Paulo Guedes, como o principal porta-voz de uma reunião do presidente Jair Bolsonaro com o CEO da farmacêutica Pfizer, Alberto Boula, em que se acordou a antecipação de 5 milhões de doses nos próximos meses, totalizando 14 milhões até junho. O número aumentará nos meses seguintes, conforme cronograma que já estava estabelecido.

Durante a teleconferência, o presidente adotou um tom diferente em relação à farmacêutica, que durante meses foi alvo de suas críticas. "Reconhecemos a Pfizer como uma grande empresa mundial, com grande espaço no Brasil também. Em havendo possibilidades, nós gostaríamos de fechar contrato com os senhores, até pela agressividade com que o vírus tem se apresentado no Brasil", disse Bolsonaro.

Na sequência, Guedes disse à imprensa que as novas parcelas do auxílio emergencial terão valor médio de R\$ 250. A depender da composição da família, os valores irão de R\$ 175 a R\$ 375.

"A produção da Pfizer está aumentando. Ela estava produzindo 1,5 milhão de vacinas/dia e está produzindo agora 5 milhões de vacinas/dia. A curtíssimo prazo ela não pode mudar muito, então o compromisso dele [CEO da empresa] foi de antecipar algumas vacinas para nós. Estávamos com 9 milhões, ele aumenta mais 5 milhões", explicou Guedes. "O presidente da Pfizer disse que a solução não é tirar de um e passar para o outro, mas produzir mais. Eles ampliaram a produção, por isso deve ter mais doses para nós."

A vacinação em massa, que o ministro já defende há meses, foi para o centro da agenda da pasta desde que ficou claro que o recrudescimento da pandemia exigiria a adoção de novas medidas de isolamento social e interromperia a recuperação do nível de atividade. A imunização em massa para abrir o caminho para a recuperação é um dos poucos consensos entre os economistas do mercado, observou um interlocutor do ministro.

Se tudo correr como o planejado, a crise econômica começaria a ser revertida em quatro meses, calcula-se no governo. Até lá, estarão em cena o auxílio e outras medidas que trarão alívio temporário, como a reedição do BEm, a prorrogação das carências do Pronampe, a antecipação de férias e novos diferimentos tributários.

A área econômica conta com a aprovação da PEC Emergencial nesta semana, sem alterações. Para tanto, apoia-se em um detalhe regimental: se houver mudanças na Câmara, o texto precisará retornar ao Senado, onde já foi votado, e isso atrasará o pagamento do auxílio. “Já sabemos como enfrentar a crise: é vacinação em massa, auxílio emergencial, PEC de Guerra”, disse Guedes na entrevista. “O protocolo de crise está sendo levado para o futuro, a PEC de Guerra deu direito de gastar com saúde. Estamos colocando R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial e, se precisar de mais, já temos o protocolo.”

Ainda assim, há preocupação nos escalões técnicos quanto ao risco de uma nova “desidratação” da PEC. O dispositivo que suspende as promoções no funcionalismo, por exemplo, é alvo de pressões corporativas na Câmara e isso pode motivar atrasos.

Já a medida provisória retomando o pagamento dos benefícios, com valor médio de R\$ 250, já está pronta do ponto de vista dos técnicos. A minuta da MP encontrava-se ontem na Casa Civil.

Resolvida a retomada do auxílio, o próximo passo é viabilizar a aprovação do Orçamento, para definir o alcance das medidas de apoio com impacto fiscal que serão retomadas. Elas precisarão caber no teto de gastos.

Entre elas, a principal é o BEm, que permitiu suspender contratos de trabalho ou reduzir proporcionalmente jornada e salários, com pagamento de uma

Sofa Madison 2,00m Fixo Turquesa - NEI SOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$759.05 ou

R\$759.05 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Venda de veículos cai 16,7% em fevereiro para 167,4 mil unidades

VALOR INVESTE

Balanço de risco piorou muito e é hora hora de o BC agir, diz ex-diretor

VALOR INVESTE

CCR divulga resultado em linha com expectativas, diz Credit Suisse



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Bolsonaro aconselha relator a alterar texto da PEC emergencial

Busca por consenso pode atrasar votação da PEC emergencial

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

09/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Freitas: relator irá se reunir com líderes partidários preparar um parecer que não tenha dificuldades de ser aprovado — Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados - 24/6/2020

Pressionado pelo calendário para a retomada do pagamento do auxílio emergencial, o relator da proposta de emenda constitucional emergencial, Daniel Freitas (PSL-SC), foi alertado ontem pelo próprio presidente Jair Bolsonaro que a bancada da segurança pública permanece querendo retirar os profissionais da área das regras de congelamento de salários.

Ontem, o presidente afirmou que a bancada da bala estava insatisfeita com o texto e alertou que a PEC poderia perder apoio importante do grupo.

“A bancada da segurança queria mudanças, ela tem mais ou menos 50 parlamentares. Conversei com relator e com o Arthur Lira e, da minha parte, falei com o relator que ele poderia correr o risco de não aprovar, se não mexesse em três artigos. Eram cinco, reduzimos para três, buscando negociação”.

O principal encontro de hoje de Freitas deve ser com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que disse na semana passada que pretendia concluir a análise da PEC em dois turnos até amanhã. No entanto, a busca de uma versão mais consensual pode atrasar esses planos.

Isso porque apenas após o encontro com os líderes Freitas elaborará o relatório, o que pode acabar adiando a apreciação da admissibilidade da PEC para o dia seguinte. Caso o adiamento se confirme, a apreciação em dois turnos pode ser concluída na quinta-feira. O governo pretende encaminhar a medida provisória (MP) recriando o auxílio emergencial até sexta-feira.

Os líderes do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), e do PP na Casa, Cacá Leão (BA), defendem que o texto avance sem alterações para agilizar sua promulgação, mas ainda não há consenso em torno dessa possibilidade.

O líder do Solidariedade, Lucas Vergílio (GO), afirmou ao **Valor** que o partido vai propor retirar o limite de R\$ 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial fora das regras fiscais e estender os pagamentos do benefício até o fim do ano.

Já o MDB e o PSD ainda estão avaliando as emendas e farão reunião de bancada apenas hoje. Entre os emedebistas, um dos pontos que chamaram atenção foi o congelamento das verbas para os fundos de desenvolvimento regional.

Além de serem entusiastas da derrubada do limite de R\$ 44 bilhões, partidos da oposição tentam retomar outro plano que não prosperou no Senado: o fatiamento da proposta. Eles pedem que apenas a liberação do auxílio emergencial seja apreciada diretamente no plenário, enquanto as contrapartidas fiscais deveriam, em sua avaliação, passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela comissão especial.

Nos bastidores, eles admitem que a pressão pelo fatiamento é apenas para marcar posição, já que não deve ter adesão suficiente entre as legendas do centro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

R\$ 129,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Kit Varão Bella Arte Pratiko Basic 1,50mx28mm Branco

R\$ 19,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Por R\$360 ou

R\$360 - EXTRA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Camaçari

SUTIÃ 5D